



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — N.º 82 — SÃO PAULO, ABRIL DE 1964 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

ESTUDANTES CONTRA SALAZAR!



Os estudantes portugueses, desafiando as proibições e ameaças da Polícia, manifestaram-se nas ruas de Lisboa contra o fascismo por ocasião do "Dia do Estudante". A Cidade Universitária voltou a ser palco de grandes concentrações estudantis como nas heroicas jornadas de maio de 1962. (V. pag. 8)

A PIDE efetuou a prisão, num dos últimos dias do mês passado, de alguns militantes das Juntas de Ação Patriótica. Entre esses militantes contam-se patriotas de diversas correntes políticas anti-fascistas aderentes à Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Não é esta a primeira vaga de prisões de membros da F.P.L.N.

Na ocasião das detenções realizadas anteriormente, a PIDE declarou ser a F.P.L.N. uma organização satélite do Partido Comunista Português, sendo, assim, comunistas ou cripto-comunistas todos os componentes dessa organização. A polícia de Salazar pretendeu, desse modo, confundir a opinião pública nacional e internacional e, ao mesmo tempo, atemorizar os patriotas portugueses não comunistas, levando-os a afastar-se do movimento unitário.

A técnica policial não era nova. Ao contrário, sempre a PIDE fez o possível para destruir o melhor instrumento de combate dos democratas portugueses — a unidade de ação, — perseguindo os comunistas com redobrada ferocidade e taxando de comunistas ou cripto-comunistas os patriotas mais corajosos e todas as organizações unitárias. Por amor à verdade se deve dizer, aliás, que este habitual procedimento da PIDE provocou alguns resultados favoráveis para o fascismo, no decurso de todos estes anos de luta do nosso povo pela sua libertação. Dirigentes dos sectores mais conservadores da Oposição, invocando o carácter tácitamente prejudicial de uma ampla unidade, de que participassem os comunistas com as outras correntes da Oposição, mas escondendo muitas vezes sob essa alegação os seus interesses de classe e o seu meão das massas populares, afastavam-se dos movimentos unitários, procurando a solução do nosso problema político na ingénua e passiva expectativa de que fossem as chancelarias estrangeiras ou os generais do próprio salazarismo a pôr fim ao fascismo português e a entregar o poder a esses sectores opo-

sicionistas, em consideração do aval da sua incomunicação com os comunistas.

Sucedem que os tempos, agora, são outros.

A F.P.L.N. reúne nas suas fileiras democratas de diversas tendências políticas, para quem as velhas lideranças conservadoras pouco ou nada contam. Daí a força do movimento, a ramificação das Js.A.P. por todo o país, o fato de a F.P.L.N. se ter tornado rapidamente a bandeira de todos os democratas ativistas, de todos os patriotas portugueses que se encontram na primeira linha do combate anti-fascista.

Para nada serve já o papão comunista, pois o anti-comunismo não tem nenhuma receptividade nas massas populares nem nos dirigentes democratas. E para nada serviria já, portanto, a mentira grosseira da PIDE de que apenas os comunistas são em Portugal combatentes esforçados da libertação nacional, de que apenas os comunistas se encontram na F.P.L.N.

Por isso a PIDE, no comunicado que obrigou a imprensa portuguesa a publicar na altura das últimas detenções, desistiu de considerar a F.P.L.N. como uma organização comunista e reconheceu o seu carácter unitário, ao mencionar alguns dos seus dirigentes que participaram na 2.ª Conferência e que pertencem a diversos quadrantes políticos da Oposição. Ora, esta atitude da polícia de Salazar representa uma vitória do povo português e é a confissão de uma derrota do fascismo.

Alguns companheiros acabam de entrar na prisão, possivelmente para nela permanecerem, por via das criminosas e falsas medidas de segurança, até ao dia da libertação nacional. Mas este dia não tardará a surgir, como resultado, acima de tudo, da unidade das forças anti-fascistas. E a melhor prova disso é que a PIDE, ela própria, se vê obrigada a reconhecer a larga e fraterna cooperação que liga hoje as mais válidas correntes oposicionistas e todos os militantes de vanguarda.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

F.P.L.N.

Bandeira

Da

Unidade

EM TORNO DO ULTRA "ESQUERDISMO"

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Após a criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional, o diálogo entre as várias correntes democráticas da Oposição adquiriu amplitude e profundidade. É inegável que nos conhecemos hoje melhor. Precisamente por isso, nunca foram tão favoráveis as condições para a transformação da unidade formal em *unidade atuante*. Quase todos estamos hoje de acordo em que as debilidades da frente unitária serão gradualmente eliminadas à medida que, refletindo os progressos da Organização, nos formos aproximando do levantamento nacional através da intensificação da luta de massas. E digo quase todos, porque entre as forças anti-fascistas partidárias do movimento unitário existem elementos que, embora sem recusar apoio à F.P.L.N., discordam da direção central imprimida à luta pela derrubada da ditadura salazarista. Contrariando a tendência verificada no passado, a maioria das críticas formuladas parte de pessoas e grupos que se colocam em posições ultra "esquerdistas". Em documentos dados a público — impressos ou sob a forma de boletins mimeografados de efêmera vida — mostram-se tais opo-

sicionistas decepcionados por não haver ainda sido iniciada a fase da luta armada e lançam às massas veementes apelos para o assalto imediato ao Poder. Todas as condições objetivas, estariam realizadas, de modo a permitir o desfecho vitorioso do processo insurrecional. Retardar o desencadeamento, seria, concretamente, um erro e uma demonstração da incapacidade diretiva do comando. Não esclarecem, contudo que formas assumiria essa "violência", que elementos haveria para a desencadear, onde iria o povo buscar as armas de que tanto falam, que uso fariam delas, e onde se acham os quadros, a organização, os meios. Tudo se resume, afinal, num radicalismo gratuito. Não seria, claro, de se lhes exigir uma perspectiva estratégica; mas faltam-lhes, inclusive, os próprios rudimentos de um plano tático. Isso não os impede de afirmar (ou insinuar) que a culpa pelo *atraso na preparação do levantamento nacional* cabe por inteiro à direção de movimento unitário.

Discordo dessas posições que me parecem profundamente idealistas e desvinculadas da realidade objetiva. Seria, contudo, um ato de levandade aferir pelo mesmo padrão todos os opositoristas em questão. Em primeiro lugar porque o extremismo de alguns é apenas verbal. Procedendo como o fazem limitam-se a seguir as pisadas de todos os revolucionários pequeno-burgueses que adotam posições ultra revolucionárias pela própria incapacidade de manifestarem serenidade, espírito de organização, disciplina e firmeza. A História apresenta-nos dezenas de exemplos em que as veleidades ultra "esquerdistas" se dissiparam no choque com as primeiras dificuldades da luta ou se transformaram em novo e súbito entusiasmo pela mais recente tendência burguesa em moda.

Não é esse o caso da maioria dos "esquerdistas" em questão. Temos um grande respeito pela autenticidade humana dos jovens que estão dispostos a lutar e morrer pela rápida vitória do levantamento nacional. Tanto no Interior como no seio da Emigração, esse estado de espírito vem alastrando e constitui em si um fenômeno positivo e reconfortante. Simplesmente, a energia, o patriotismo, a pureza dos jovens que traduzem as suas aspirações numa linguagem ultra "esquerdista" devem ser canalizados em benefício e não em prejuízo do processo revolucionário português. Quase todos eles, movidos pela generosidade, misturam as tarefas do futuro com as do presente. E sem que disso se apercebam

nitidamente, encaram a derrubada do fascismo muito menos em função da realidade objetiva, com espírito científico, do que em decorrência de um sentimentalismo que olha para além da queda de Salazar.

Não cabe aqui a análise, mesmo sumária, das causas desse estado de espírito. O fenômeno apresenta, aliás, características diferentes no Interior e na Emigração, sendo mais vinculada nesta à influência do impacto emocional da revolução cubana (quase sempre superficialmente estudada), de alguns processos revolucionários africanos e sobretudo, do debate internacional travado em torno dos problemas que agitam o movimento comunista mundial tanto no campo de ideologia como no tocante às opções de ordem estratégica e tática em face do imperialismo. Sem pretender de nenhum modo entrar no domínio exegético, quer-me parecer que não poucas vezes se deve à insuficiência de formação teórica o fato de muitos desses companheiros de luta sustentarem posições extremistas, julgando que elas são a tradução correta do marxismo mais ortodoxo. E tem sido esse um erro em que incidiram tantos revolucionários ao longo das últimas décadas, que me parece totalmente condenável a atitude dos que não o compreendendo, reagem ao radicalismo idealista com azedume e agressividade.

Na sua admirável pequena obra prima intitulada *A doença infantil do "esquerdismo" no comunismo*, Lenin diagnosticou como ninguém essa moléstia revolucionária. E fê-lo com tal lucidez e profundidade que muitas das suas críticas e conclusões não são válidas apenas para os militantes comunistas, encerrando preciosos ensinamentos para os "esquerdistas" que agem fora das fileiras do P.C. O genial líder russo apreciava particularmente o espírito de inconformismo nos jovens militantes e a sua vocação para levar às massas as palavras de ordem mais revolucionárias, travando com elas um diálogo que não estava ao alcance de todos. Mas pensava também que "por si só esse espírito não é suficiente para conduzir as massas na grande luta revolucionária". Em sua opinião, a tarefa do revolucionário autêntico consiste "em saber convencer os elementos atrasados, saber atuar entre eles, e não em isolar-se deles através de palavras de ordem tiradas subjetivamente de nossa cabeça e infantilmente esquerdistas". Conforme assinalava, nunca meditarão sobre a história das Revoluções aquelas que ingenuamente tomam a negação objetiva de determinada instituição por sua efetiva destruição. É o que aconteceu com os nossos companheiros que, gratuita e dogmaticamente, consideraram superadas todas as formas de luta legal em Portugal.

Em que pode a criação das condições para a insurreição ser prejudicada — cabe perguntar — pela insistência nas batalhas legais e semi-legais através das quais o grau de consciência e de politização das massas se eleva sempre? O que para um intelectual ou um oficial desertor está superado pode não o estar muitas vezes para a massa. *Os revolucionários* — é ainda Lenin a dizê-lo — *que não sabem combinar as formas ilegais de luta com todas as formas legais são pessimos revolucionários*. Que pretendem, afinal, os ultra "esquerdistas" portugueses? Lançar a vanguarda sôzinha contra o inimigo comum, desencadeando precipitadamente a batalha decisiva? Acaso é nisso que pensam quando falam da "violência revolucionária"? Porventura ignoram que não há insurreição que possa triunfar sem uma mudança de opinião na maioria da classe operária (ou do campesinato, mais raramente) e dos soldados, sargentos e oficiais? Ora essa mudança não se opera jamais sob o impacto de atos de violência indiscriminada. Sempre que as grandes massas não adotam uma posição de apoio direto a essa vanguarda, atirar esta para o ataque, como nos ensina Lenin, *SERIA NÃO SÓ UMA ESTUPIDEZ COMO UM CRIME*.

Também desejará um rápido desenlace para a agonia fascista. Mas não alimento a ilusão de que se pode saltar por cima da etapa intermédia que conduzirá ao levantamento nacional armado. Não significa isso que condene à priori as ações violentas. Pelo contrário. O que se me afigura condenável, isso sim, é a violência verbal gratuita e a instigação sigmática à prática de iniciativas de caráter anárquico, individualista e sem perspectiva. Na sua II Conferência, a F. P. L. N. previu aliás, a realização de ações ofensivas

violentas, mas acentuou que as mesmas deverão sempre obedecer "a objetivos políticos convenientemente estudados". De outro modo, cairíamos no blanquismo, no terrorismo puro e simples.

O revolucionário marxista não pode deixar-se vencer pelo desejo de chegar depressa. Tem que discernir com clareza e lutar com disciplina, inflexibilidade e firmeza pela colimação do objetivo final. É o que esquecem os ultra "esquerdistas" portugueses, levados pela ansia de ver o fascismo por terra. A maioria desses revolucionários, já com o pensamento nas tarefas exaltantes da construção de uma sociedade democrática, é constituída de gente moça. Daí a impaciência de que vem dando mostras e que se revela nociva. Ora, Portugal precisa mais do que nunca da sua juventude, de toda ela. Cabe-lhe um papel de transcendente importância na atual fase da luta. Até na própria partilha das responsabilidades da direção política da luta.

Sabemos perfeitamente que os ultra "esquerdistas" representam uma minoria insignificante. O nosso dever, entretanto, é aceitar o diálogo que nos propõem e não permanecer surdos e muito menos hostilizá-los. Só desse modo poderemos, afinal, ajudá-los a superarem as suas posições idealistas, que na prática, equivalem muitas vezes a uma alienação do combate quotidiano em que no Interior e na Emigração todos nos empenhamos.

LUTA DOS OPERÁRIOS E CAMPOSES

LISBOA (Do correspondente) — Apesar da ação terrorista e demagógica do governo, os trabalhadores portugueses prosseguem no caminho da luta pela conquista de melhores salários.

Nos últimos meses os trabalhadores da cidade e do campo, enfrentando o patronato e as ameaças das forças repressivas, sustentaram e desenvolveram numerosas ações reivindicatórias.

Na CUF, do Barreiro, o grande monopólio dos Melos, mais de quatro mil trabalhadores assinaram uma exposição em que reivindicam aumento geral mínimo de 10\$00 diários, pagamento do 7.º dia, salário igual para trabalho igual. A estas justas reivindicações dos trabalhadores têm alguns engenheiros fascistas, lacaiais dos Melos, tentado opor-se, fazendo ameaças e denunciado à PIDE os operários que mais se têm destacado na coleta de assinaturas. Porém, estas ações provocatórias têm sido repelidas pelos operários que, reforçando a sua unidade, se mostram dispostos não só a defender os seus companheiros ameaçados como a levar a luta até o final, recorrendo, se necessário, à greve.

Esta luta, pela sua importância e pela firmeza e unidade de que se tem revestido, tem exercido uma influência extraordinariamente positiva dentro e fora da empresa.

Assim, as operárias da União Fabril do Azoto, empresa associada da CUF, elaboraram uma exposição em que fazem as mesmas reivindicações dos seus companheiros da CUF. Para esta exposição já foram recolhidas mais de mil assinaturas.

Também os trabalhadores reformados do grupo da CUF, que não são aumentados há mais de dez anos, e percebem salários de fome, fizeram uma exposição em que pedem aumento das aposentadorias, tendo recolhido já trezentas assinaturas.

Por seu lado, as mulheres da zona textil, compreendendo o significado espoliativo dos chamados prémios de produtividade, vêm lutando para que esses prémios sejam incluídos no salário.

Solidariedade de Classe

O Sindicato dos Professores de Ensino Secundário e Primário de São Paulo enviou em 13 de março passado, um telegrama ao presidente do Conselho Salazar protestando contra a prisão do Dr. Vasco da Silva, detido no Aljube. A entidade dos professores paulistas reclama ainda, no referido telegrama, a imediata libertação do professor Vasco Silva.

NASCIMENTO E OCASO DE UMA DITADURA

Antonio Pinto Guedes

Excluindo o interregno de 1580 a 1640, jamais Portugal sofreu um período de tão longa crise e despotismo como o que o povo português está amargando sob a miserável governança do "Santa Comba".

Com o advento da ditadura militar, que há quase 38 anos o oprime e atormenta, está o povo português, tão orgulhoso de suas tradições liberais, condenado a perecer, se algo não sobrevier que ponha fim a tão abjeta ditadura. Com efeito, Portugal, presentemente, encontra-se na fase mais crítica de sua história, desde que D. Afonso Henriques o elevou à condição de povo livre e soberano.

Como chegou o país a esta degradante situação, que faz corar de vergonha todos os portugueses ciosos da sua dignidade?

Com a proclamação da República Democrática, em 1910, os inimigos do Povo que trabalha e produz, que se sacrifica nos momentos em que lho pedem para o engrandecimento da coletividade, esses inimigos, acobertados pela cruz jesuítica e pela espada oligarca, moveram guerra feroz e traiçoeira à Democracia, que se propunha executar as reformas de que a Nação precisava, para poder caminhar em direção ao Progresso, acompanhando as demais nações do mundo na procura de meios que melhorassem as condições de vida das populações exploradas e oprimidas por uma monarquia apodrecida, apoiada numa aristocracia

boçal e madraça. Assim, essas duas forças eternas aliadas incumbiram-se de levar a cabo a missão de destruírem a República, para evitarem as reformas de que a Nação necessitava e o Povo exigia.

Enquanto o exército prendia e assasinava, cometendo toda a sorte de crimes, a Igreja apoiava esses crimes ao mesmo tempo que absolvía os criminosos.

Previdendo o clero jesuíta, reação dos elementos patriotas que em maioria formavam as forças armadas, tratou de manobrar com as manhas aperfeiçoadas ao longo de quase dois mil anos. Procurou e descobriu, em Santa Comba, um ser monstruoso que lá se encontrava de prontidão. Esse monstro foi transportado para Lisboa e a ele foi entregue o poder.

Foi feito chefe de encomenda nas fábricas clericais. Não perdeu tempo e começou a agir. Paulatinamente, expulsou das forças armadas a oficialidade digna e democrática que a República tinha forjado nos campos de batalha de França, Angola e Moçambique, nos mares e nos ares, e colocou nos claros abertos por essas expulsões o rebotalho que sempre há em todas as classes. Vimos então, para vergonha nossa, aparecerem e ocuparem os lugares de marechais, generais e almirantes, os Carmonas, Craveiros, Vassalos, Botelhos e Tomazes e outros que tais. Estes oficiais, para ganharem as boas graças do ditador, melhor triunfaram na vida e puderam viver de pança cheia, rastejaram à porfia, num servilismo abjeto.

O patrão enfeitou-lhes o peito com latinhas coloridas, que os envaldeceram, transformando-os em oficiais de um exército glorioso, em oficiais de um exército de opereta. Vez por outra, um destes infelizes tem caído no desagrado do ditador. Este, então, aplica-lhe dois pontapés... e é uma vez um general salazarista.

Quando algum oficial, mais cioso da sua dignidade e patriotismo, e há muitos, quer tirar do lombo a canga que o subjuga, logo os famosos "safanões dados a tempo" o fazem entrar nos eixos.

Por isso, muitos perdem cargos, posições e até a vida, insubmissos que são ao réllho do santarrão, que fariam corar de vergonha ao finado Trujillo, antigo contrabandista e ladrão de cavalos, pois nem ele teve a desfaçatez de praticar tanta ignomínia.

Que o ditador é assim. Com aspecto de santo, esconde atrás de um sorriso de Gioconda o espírito retorcido e a alma encardida de tanta miséria.

E as forças armadas a tudo assistem, sem nada fazerem, pois estão reduzidas a uma mistura de boçalidade, estupidez e covardia.

Compete, pois, ao Povo, a tarefa de se libertar, pelos seus próprios meios.

Cremos que o fim se aproxima. E quando chegar o dia do ajuste de contas, aparecerão, por certo, as carpideiras que hoje não tomam conhecimento dos mártires massacrados nas prisões do continente e no campo do Tarrafal.

Mas o Povo, humilhado durante uma geração, levantará a cabeça, para reiniciar a caminhada interrompida há tanto tempo, em direção ao Progresso, e arremeterá, sem compaixão, pela estrada do porvir, levando de vencida os que o têm humilhado.

Tremam os que hoje fazem tremer o Povo espezinhado!

O seu sangue será pouco para lavar a nódoa lançada na dignidade do Povo Português.

Só depois de tirada a nódoa, se poderá restabelecer a dignidade perdida!

Manuel Cardiga

Em 9 de fevereiro p.p. faleceu em Johannesburg, vítima de trombose coronária, o nosso amigo sr. Manuel Cardiga. O extinto vivia há muitos anos na colônia de Moçambique e em todas as grandes campanhas de agitação anti-fascista que ali foram levadas a efeito depois de 1945 evidenciou-se sempre como um dos mais destacados democratas.

P.D. apresenta à família enlutada a sentida expressão dos seus pêsames.

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das
20 às 20,30
e das
22,15 às 22,45 (hora de Portugal)
na banda de 32 metros
e das
0,30 às 0,50
nas bandas de 36, 40
e 43 metros
Uma Emissora ao Serviço do Povo Português

Nolas e comentários

Lutar, Numa Palavra

"Quando para se conseguirem fins injustos se utilizam meios deshumanos, há que tomar uma posição consciente e actuante. Lutar, numa palavra". Assim se exprimiam em Fevereiro de 63 pelo editorial do Boletim "União-Convívio", órgão associativo, os alunos do Instituto Superior Técnico. Se as recordamos é porque elas continuam a ser plenamente válidas e os estudantes de Lisboa acabam uma vez mais de demonstrar que têm perfeita consciência da existência de um único caminho: o da luta.

As manifestações do "Dia do Estudante" em Lisboa não vieram apenas evidenciar o erro do fascismo ao admitir que o movimento estudantil regredira, deixando de constituir uma ameaça directa e permanente. Revelaram também que a juventude universitária, hoje mais unida do que nunca, adquiriu uma valiosa experiência nas batalhas da primavera de 1962 e que dela soube tirar os ensinamentos que agora lhe permitem colher quase desprevidos do governo e o seu aparelho repressivo. Não foi inútil a fermentação operada em 1963, ano em que o processo de politização da mocidade universitária se acelerou extraordinariamente, por força de condições objectivas e subjectivas muito favoráveis, com destaque para o apogeu da guerra colonial e a expansão da imprensa associativa estudantil. A própria mobilização contra o decreto 44.632 constituiu um fator de decisiva importância para o reforço da unidade e o esclarecimento da maioria, na medida em que determinou um intercâmbio de idéias e uma intensificação de contactos altamente benéficos. É verdade que o Ministério da Educação, apesar de ter à sua frente um dos tímidos do regime, o sr. Galvão Teles, não hesitou em proibir (atirando o odioso para a Censura) um após outro os vibrantes jornais que, nas várias Faculdades, assinalaram a tomada de consciência dos universitários. Mas não é menos verdade que essas folhas eram já mais uma expressão do que uma alavanca do movimento. A "guerra" tradicional amadorismo nas realizações estudantis, de que falavam os rapazes do "Quadrante", apresentou resultados que surpreenderam os mais optimistas. A improvisação cedeu o lugar à reflexão, os atos isolados e os protestos românticos e ineficazes foram substituídos por acções de conjunto, pensadas e executadas de acordo com planos pré-estabelecidos. A UNIDADE e a ORGANIZAÇÃO passaram a ser uma realidade no seio do movimento estudantil. Urge, evidentemente, elevá-las a um nível superior, de modo o que a mocidade universitária possa desempenhar cabalmente as importntíssimas tarefas que lhe cabem na luta pela derrubada do fascismo. Os acontecimentos do dia 14 em Lisboa mostram, felizmente, que o espírito de luta dos estudantes se encontra agora servido não apenas pela coragem e pelo entusiasmo juvenis, mas por uma consciência admirável dos objectivos a atingir e dos processos a utilizar para enfrentar vitoriosamente o fascismo salazarista. A polícia dissolveu a "casete" nas manifestações do "Dia do Estudante". Mas não conseguiu impedir-las, como não conseguiu evitar o alastramento em cadeia das reacções provocadas pela sua brutalidade. Dezenas de estudantes estão presos no momento em que redigimos estas linhas. Mas não é em vão que sofrem nos calabouços da PIDE. Tmaram uma posição consciente e atuante. Sabem pelo que lutam e sabem que os seus companheiros, em vez de se atemorizarem, intensificarão a luta.

M.U.R.

Três Políticas

A Acção Democrato-Social pronunciou-se recentemente sobre vários problemas que afligem o povo português, entre os quais o problema colonial. Sobre este assunto, a A.D.S. condenou, mais uma vez, a política colonialista do governo de Salazar e reconheceu o direito dos

povos das colónias portuguesas à auto-determinação, desde que ficassem asseguradas nas actuais colónias a presença moral de Portugal e os seus legítimos interesses materiais.

Esta tese é, nas suas linhas gerais, a defendida pelo eng.º Cunha Leal nos seus últimos opúsculos, facto que não é de estranhar sabendo-se ser este antigo político um dos dirigentes, talvez hoje o mais dinâmico, daquela concentração liberal-social-democrata.

Trata-se de uma posição progressiva, se a encararmos pelo triplice aspecto da sua opposição à política fascista e ultra-colonialista do governo salazarista, do sector opoisionista de que emana e das condições de implacável repressão policial em que foi produzida. Mas não é uma posição igualmente progressiva ao ser encarada à luz da interpretação das realidades colonial e portuguesa feita pelos sectores socialistas portugueses.

Reconhecer o direito de auto-determinação dos povos das actuais colónias portuguesas é reconhecer, antes de quaisquer obrigações morais do povo português para com os daqueles territórios, a realidade complexa mas inelutável da descolonização e independência integral (política e económica) de todos os povos colonizados. Por outro lado, reconhecer um direito implica o assegurar, ao mesmo tempo, a forma de efectivar esse direito. Neste caso, o reconhecimento do direito dos povos coloniais à autodeterminação tem de ser acompanhado, para não ser uma simples mistificação verbal, da aceitação do caminho válido que leve a tal autodeterminação expressa e inequívoca: o caminho da negociação com os partidos nacionalistas que conduzem nas diversas colónias portuguesas as guerras de libertação ou fazem a reivindicação da independência nacional.

Nessas negociações haverá então lugar para salvaguardar tudo o que deva ser salvaguardado.

Mas o que têm os portugueses a preservar nas colónias? O que ali têm a preservar é a integridade física e os direitos civicos das minorias nacionais compostas pelos colonos portugueses que lá têm trabalhado e queiram continuar a trabalhar, passando a obedecer às novas ordens jurídicas que forem estabelecidas após a independência.

Falar, a propósito destes problemas, na salvaguarda da presença moral de Portugal em África e na preservação dos seus interesses materiais legítimos nas actuais colónias portuguesas é na melhor hipótese uma expressão equívoca. E em Portugal que a presença moral e (económica e política) do próprio Portugal terá de ser afirmada, substituindo a presença dominante dos monopólios estrangeiros; e é em Portugal que os interesses materiais do povo português, todos eles mais do que legítimos, terão de ser defendidos, contra os interesses confessados e inconfessados dos reacónarios e contra-revolucionários fascistas, que nos hão de atormentar após o derubamento do salazarismo.

Reunir dentro do país capitais, equipamentos, técnicos, investigadores e mão de obra para esta ingente tarefa de reformulação e solução de todos os grandes problemas nacionais sem excepção de qualquer deles, excederá talvez, não venha a ser o auxílio de países amigos, as nossas possibilidades, depois de perto de 120 anos de exploração do nosso povo por forças conservadoras e anti-progressivas. Pensar em distrair a nossa capacidade material e moral de ressurgimento nacional para aventuras neocolonialistas, que poderiam aproveitar a todos menos ao povo português, seria, no mínimo, um autêntico crime de lesa-Pátria.

M.S.

Centro Republicano Portugues

Sob a presidência do sr. Silverio da Costa Letra, realizou-se no dia 4 de abril, uma assembléa geral extraordinária do Centro Republicano Portugues para discussão do projecto de novos estatutos daquela agremiação.

O Representante do P.A.I.G.C. em Niteroi

A convite de entidades sindicais e estudantis do Estado do Rio de Janeiro, o dr. Fidelis Cabral que se encontra de visita à América do Sul em missão diplomática do P.A.I.G.C. desioçou-se no dia 3 de março p.p. à cidade de Niteroi onde cumpriu extenso programa.

À sua chegada foi recebido por deputados e líderes sindicais, seguindo depois para a Assembléa Legislativa onde foi acolhido pelo próprio presidente daquela Casa, oportunidade em que agradeceu expressiva Moção, aprovada pela maioria, na qual se emprestava solidariedade aos povos das colónias portuguesas em luta pela Autodeterminação e Independência de seus países.

Em entrevista concedida à Imprensa credenciada junto à Assembléa afirmou o representante do P.A.I.G.C. a firme determinação do povo da Guiné e Cabo Verde continuar a luta armada, contra o colonialismo fascista português até a conquista da Independência.

Posteriormente, inaugurou o dr. Fidelis Cabral, na sede da União Fluminense dos Estudantes elucidativa Exposição de cartazes e fotografias com variados aspectos da Guiné e demais colónias portuguesas e da acção dos guerrilheiros do P.A.I.G.C.

Ainda no prosseguimento do roteiro de sua visita à capital fluminense, à qual, os anti-fascistas portugueses ali radicados prestaram a sua colaboração, proferiu o líder africano importante conferência no Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro, onde teve oportunidade de relatar à enorme assistência que ali compareceu, como se processa a luta dos guerrilheiros guineenses e a sua organização na parte do território por estes ocupados. Salientou, ainda, o representante do P.A.I.G.C. com números e datas, a ferocidade da repressão que o exército colonial e a P.I.D.E. levam a cabo contra as populações guineenses numa guerra de extermínio.

Usaram da palavra vários oradores os quais foram unânimes em condenar todas as formas de colonialismo e, particularmente o colonialismo e o fascismo português.

Gen. Humberto Delgado

O General Delgado, que sofrera no Rio de Janeiro, ainda recentemente, uma intervenção cirúrgica para extração da viscícula, viu-se subitamente obrigado a sujeitar-se a duas novas operações, para correcção de perigosas consequências da primeira.

Foi em Praga que médicos checoslovacos verificaram a necessidade das novas intervenções cirúrgicas, as quais se realizaram, em janeiro-fevereiro p.p. nas melhores condições.

Apesar do extraordinário mérito da medicina e da cirurgia checoslovacas, a convalescença do general Humberto Delgado prolongar-se-á, provávelmente, até fim do corrente mês.

Logo que se encontrar completamente restabelecido, o gen. Delgado deslocar-se-á para Argel, onde presidirá a Junta Revolucionária Portuguesa.

Militares Mortos em Angola

Segundo o chamado Serviço de Informações Publicas das Forças Armadas morreram em combate, em Angola, nas últimas semanas, os seguintes expedicionários: Antonio Ferreira Pinto, furriel; Antonio Santos Lemos, Antonio Ribeiro Teixeira e Manuel Fernandes Claro, primeiros cabos; Joaquim Carapencio Caizira, Antonio Manuel Costa Teixeira e Alvaro Pedro Rocha Cabral, soldados. De acordo com outro comunicado do mesmo serviço, divulgado a 9 de Março, as tropas portuguesas teriam sofrido 24 baixas no período de 26 de Fevereiro a 4 de Março. Os nomes das vítimas não foram, porém, revelados.

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

PORTUGAL E ANGOLA

"A insurreição angolana entrou este mês no seu quarto ano.

As forças nacionalistas realizaram incontestáveis progressos desde o início da insurreição. Recentes depoimentos afirmam que elas se encontram relativamente bem armadas e organizadas. Reforços em homens e material chegam-lhes regularmente através da fronteira congoleza, vindos por vezes da Argélia — senão ainda da China — como o sr. Holden Roberto, presidente do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (G.R.A.E.) entendeu oportuno deixar entrever. Diplomáticamente o G.R.A.E. obteve o reconhecimento, tácito ou explícito, da maior parte dos Estados Africanos e o apoio oficial, embora nem sempre eficaz, do O.U.A. (Organização da Unidade Africana). Além disso, é sabido que o seu chefe, apesar de algumas decepções, conta com preciosas amizades nos Estados Unidos. Pelo menos assim se explica a benevolência com que o tratam as autoridades de Leopoldville.

O movimento nacionalista angolano não conseguiu, em contrapartida, atingir a unidade que o FLN tão cedo realizou. Há quem hesite em levar em conta a importância real do M.P.L.A. (Movimento Popular de Libertação de Angola), mas os violentos ataques desfechados pelos seus líderes contra o sr. Holden Roberto recordam periodicamente a sua existência.

Portugal, pelo seu lado, conhece os malogros diplomáticos reservados às últimas potências "coloniais". De sessão em sessão, as resoluções votadas nas Nações Unidas fazem-se mais insistentes ou severas. Apenas a França, durante as ultimas discussões sobre Angola no Conselho de Segurança, se absteve mais uma vez. Efetivamente, Portugal surge cada vez mais intimamente associado — na mesma reprovação — à África do Sul, cuja política de segregação racial e de repressão tem sido unanimemente condenada.

Diante dessas pressões, o governo de Lisboa limitou-se a iniciativas bem modestas, com o dr. Salazar falando de descentralização" apenas para reafirmar o princípio da "unidade nacional". É verdade que a

amizade e o apoio que continuam a dispensar-lhe os seus aliados atlânticos autorizam-no a ignorar ameaças que — exceptuadas as operações de guerrilhas em curso — se traduzem antes do mais por discursos. Entretanto, o regime português, por motivos internos não está seguro de sobreviver à independência de Angola. Tudo indica, de facto, que se bate com as costas na parede. Nessas condições, a sua resistência pode ir, só por isso, até às ultimas. (LE MONDE, Paris)

COLONIALISMO E ANTI-COLONIALISMO

CHEGOU, VIU... E JÁ ESTAVA CONVENCIDO

O embaixador dos Estados Unidos da América em Lisboa, almirante George Anderson, fez recentemente um visita de DEZ dias a Angola e Moçambique, a convite do governo salazarista, findos os quais declarou à imprensa portuguesa ter ficado maravilhado com o progresso da colónia...

AMERICANOS DEMOCRATAS

No entanto, outros cidadãos norte-americanos são mais escrupulosos do que o sr. almirante. Tal é o caso, por exemplo, de vários membros do "American Committee on Africa", o qual apoia incondicionalmente a luta de libertação levada a efeito em Angola pelos nacionalistas. Entre os seus membros contam-se muitos que conhecem o continente africano e os problemas da África negra sem ser pela forma encomendada ao sr. embaixador, e todos eles não têm dúvidas acerca das atrocidades cometidas pela administração salazarista, pelos soldados-facínoras e pela PIDE. São de destacar, dentre os componentes do "Committee", os srs. Rope Stevens, seu secretário; George Houser, diretor executivo, que é membro do Conselho Consultivo da Secretaria de Estado norte-americana para os assuntos Africanos; John A. Marcum, que também faz parte do Conselho Consultivo, e Frank Montero, membro da delegação dos Estados Unidos na ONU.

MAIS DERROTAS SALAZARISTAS NA GUINÉ

Na ilha de Como, no sudoeste da colónia, que há muito foi conquistada pelas tropas nacionalistas, as tropas salazaristas sofreram grandes baixas, no passado mês de Fevereiro, ao tentarem reconquistar aquela importante posição militar.

Outros conflitos armados tiveram lugar recentemente em Catchil, Ducome e Caduco, no sul do país, onde as tropas portuguesas sofreram 300 baixas, segundo um comunicado de imprensa do P.A.I.G.C., que informa ter sido abatido um avião salazarista durante a batalha.

Em Tombato, no centro-norte, foi atacado e aniquilado um destacamento português, que não pôde resistir aos nacionalistas guineenses. Na mesma região, diversas minas colocadas pelos nacionalistas na estrada de Bisorá para Olossato explodiram na altura em que sobre a mesma passavam três veículos militares portugueses, transportando tropas, que aí encontraram a morte, tendo os veículos ficado completamente destruídos.

Nenhuma das localidades conquistadas pelos militantes do P.A.I.G.C. foi reconquistada até agora, pelas tropas salazaristas. Pelo contrário, os progressos dos guerrilheiros guineenses, na conquista e libertação do seu território pátrio, aumentam de semana para semana, praticamente em todas as regiões desta colónia salazarista.

Leia e Divulgue Portugal Democrático

Uma Delegação da F.P.L.N. Visita a Italia

Uma delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional deslocouse recentemente a Itália onde manteve importantes contatos com elementos responsáveis dos principais partidos italianos.

A delegação era constituída pelos srs. Fernando Piteira Santos, Pedro Soares e Rui Cabeçadas. As principais questões abordadas referiram-se à situação política portuguesa e às tarefas da FPLN. Durante a sua permanência em Itália, os três representantes da Oposição antifascista e anticolonialista portuguesa avistaram-se com o Presidente da Câmara Municipal de Florença, professor Georgio La Pira, uma das personalidades preponderantes da democracia cristã e também com o Vice-Presidente sr. Agnoletti. Encontraram-se igualmente com elementos responsáveis do Semanário "Politica", órgão da democracia cristã de Florença.

Em Roma, a delegação da FPLN avistou-se com o sr. Vitorelli, dirigente do Partido Socialista italiano e responsável pela sua secção de política exterior; com os dirigentes do Partido Comunista Italiano Giancarlo Pagetta, Giuliano Pagetta e Arturo Colombi; com Marguerita Barnabei do Partido Social Democrata italiano; Tulio Vecchietti, do Partido Socialista Italiano de Unidade Proletária; e com personalidades responsáveis do Partido Democrata Cristiano. A delegação encontrou-se também com o sr. Hugo la Malfa dirigente do Partido Republicano de Itália e antigo ministro.

Os srs. Pedro Soares, Piteira Santos e Rui Cabeçadas realizaram conferências em Pisa, Novara, Modena e Roma. Foram recebidos pelo secretário dos Negócios Estrangeiros sr. Araldo Banfi.

A delegação da FPLN foi por todo o lado calorosamente acolhida.

Solidariedade do Brasil às Prêsas Políticas Portuguesas

No auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo realizou-se no dia 4 de março p.p. um ato público de solidariedade das mulheres brasileiras às presas políticas portuguesas. A reunião, que teve o patrocínio da União das Mulheres Portuguesas, atraiu ali um numeroso público feminino, incluindo dezenas de portuguesas e espanholas, e muitos democratas das três nacionalidades.

Presidiu a escritora Helena Silveira e a seu lado, na mesa, tomaram lugar a escritora Maria Archer, presidente da União das Mulheres Portuguesas; Suzana Sampaio, pelo Movimento Nacionalista Feminino; Adoração Vilar Sanchez, pelo Conselho Intersindical Feminino; Lucrecia Correia dos Santos, do Sindicato dos Calçados; Itala Schwartzmann, presidente da Federação das Mulheres de São Paulo; Lourdes Bernardes, do "Jornal de Letras"; Amparo de Riera, pela União das Mulheres Espanholas; e ainda o vereador David Lerer e o escritor Jamil Almansur Haddad.

Ao abrir a sessão, depois de breves palavras justificativas daquela manifestação de solidariedade, a escritora Maria Archer declarou:

"Recebemos cartas de algumas presas, e outras cartas de suas famílias. A nós, portugueses, que sabemos que elas escrevem, ou suplicam, da fortaleza subterrânea de Caxias, estas cartas varram-nos de pânico, como se fossem vozes saídas de tumulos. De quando em quando há uma nota da mais profunda agonia: Não citem o meu nome, porque serei punida... E nós, portugueses, sabemos que a punição a que se referem, é a tortura.

A situação trágica, desesperadora, dessas presas, há longos anos sequestradas do mundo nos cárceres salazaristas, está atraindo a atenção internacional. São mulheres das mais diversas camadas sociais, desde a intelectual, em que há escritoras, engenheiras, artistas, professoras, médicas, etc. às operárias e camponesas. Nenhuma foi condenada por atos mais graves que pichar paredes, espalhar jornais e panfletos, aliciar elementos para tentativas de greve, tomar parte em agrupamentos clandestinos, seja de intelectuais, escolares ou operários assinar manifestos e cartas mimeografadas, viajar ao Exterior para os Congressos de Juventude ou Femininos. Nenhuma foi condenada por sabotagens, terrorismo, assaltos ou atos semelhantes. Contudo estão há anos trançadas numa fortaleza subterrânea, sem ver a luz do sol, e pior ainda, sem esperança! Para elas, uma única esperança fulgura — somos nós, senhoras e senhores, sois vós, sobretudo vós brasileiros. É para os brasileiros que se estendem as mãos suplicas emaciadas nas sombras da fortaleza de Caxias".

Proseguindo, Maria Archer descreveu as condições em que a maioria dessas presas é submetida à tortura, citando vários casos do seu conhecimento e afirmou que Actos semelhantes aqueles seriam realizados em outros países em solidariedade às patriotas portuguesas encarceradas pela PIDE.

Falou, a seguir, a escritora Helena Silveira. Depois de declarar o seu profundo amor por Portugal e a sua aversão pelo "maldito patriarca Salazar", leu o poema revolucionário "A Bandeira", do nosso saudoso companheiro Carlos Maria de Araújo, e, rendendo as suas homenagens às mulheres patriotas de Portugal, "tão presas à sensibilidade das brasileiras, leu uma longa lista de presas políticas portuguesas.

Seguidamente, usou da palavra o vereador David Lerer que principiou por evocar a morte da camponesa Catarina Eufemia, assassinada bárbaramente em Baleizão pelo tenente Carrajo-la da GNR. Mais adiante, depois de esboçar o quadro da ruína econômica portuguesa, disse:

"As prisões, em Portugal estão abarrotadas. Inclusive mulheres ali estão, sofrendo humilhações e castigos corporais. Para vergonha do país onde nasceu o ilustre Gama, descobridor das Índias. Para vergonha de todos nós, brasileiros, que falamos o português, o mais ameno dos idiomas. As prisões de Salazar estão abarrotadas de prêsos políticos, para os quais solicitamos anistia, num movimento que ganha, cada vez mais amplitude internacional. É de este movimento de anistia que irá eclodir outro, maior ainda em proporções, pela redemocratização de Portugal. A anistia já é um grande passo no sentido do ressurgimento da democracia. Mas, não é tudo, constituindo tão somente o começo".

Amparo de Riera, que falou depois, trouxe a solidariedade das mulheres espanholas às suas irmãs portuguesas

e Lourdes Bernardes a adesão comovida das intelectuais brasileiras.

Jamil Almansur Haddad principiou, por se referir ao elenco de heroínas e mártires que fulgem nesta hora como estrelas constelares que brilharão na história de Portugal como lidadoras intemoradas da luta pelo povo". Criticando o regime salazarista como expressão do "fascismo na sua actuação mais viva, na sua florescência mais alta" lembrou que não se pode falar uma linguagem humana com tal gente. Como o povo é, porém, invencível, o drama hoje vivido pelas patriotas portuguesas chegaria a seu termo. Não transformaria por isso a sala em um muro de lamentações: prestava, sim, homenagem ao martírio e ao heroísmo puro da mulher portuguesa.

Suzana Sampaio lembrou "ser a luta do povo português pela liberdade a luta também de todos os brasileiros".

APELO A D. MARIA TEREZA GOULART

Durante a sessão, nos intervalos dos vários discursos foram lidos e aprovados os telegramas que publicamos nesta página, todos eles assinados, em nome da assistência feminina pela escritora Helena Silveira. Foi igualmente lida e aprovada por aclamação a carta que abaixo reproduzimos, endereçada à sra. D. Maria Tereza Goulart. Esse documento é do seguinte teor:

"Mais de uma vez V. Sa. terá ouvido falar das mães e esposas portuguesas que um cruel destino mantém há anos nos lómbregos presídios políticos de Portugal, longe dos entes que lhes são queridos. Num país como o Brasil onde a lei não conhece, felizmente, delitos de opinião, é difícil ter-se noção das proporções do drama vivido pelas mulheres portuguesas que se vêem condenadas nos tribunais e espancadas e torturadas nos cárceres da Polícia Política apenas por muito amarem a liberdade e a dignidade. Não indicaremos a V. Sa. nomes, nem muito menos descreveremos fatos ligados à situação desesperadora em que se encontram algumas patriotas que, tendo cumprido as penas a que foram condenadas, permanecem nos seus calabouços por força das chamadas "medidas de segurança" que equivalem à prisão perpétua. E não o fazemos precisamente porque é por assim dizer, interminável a galeria

dessas vítimas do terror policial a principiar por Catarina Eufémia, — um nome que é um símbolo — a heroína camponesa abatida a tiros de metralhadora quando carregava um filho no ventre e conduzia outro pela mão.

Reunidas em São Paulo, em ato público e de solidariedade às presas políticas portuguesas, se vimos à presença de V. Sa. é porque, conhecedoras do seu extenso coração de esposa e mãe, sabemos antecipadamente que não poderá ser insensível à força comovedora do apelo que, detrás das grades dos presídios onde se acham encarceradas, lançam ao mundo as mulheres portuguesas (quantas delas também mães e esposas!) na esperança de que as ajudem a recuperar a liberdade e a voltar para seus lares.

Na certeza de que V. Sa. saberá encontrar a maneira de, melhor do que que ninguém, contribuir quer junto das autoridades brasileiras, quer junto das portuguesas, para pôr um paradeiro aos sofrimentos das presas políticas portuguesas, aproveitamos a

APELO AO CARDEAL ARCEBISPO DE S. PAULO

A Sua Eminência Reverendíssima Cardeal Arcebispo Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Motta, Palácio Pio XII São Paulo:

"Em nome Mulheres Católicas Brasileiras e Portuguesas reunidas no auditório da Biblioteca Municipal em ato público de solidariedade às suas irmãs portuguesas encarceradas nos presídios de Portugal por delitos políticos, vimos respeitosamente e humildemente rogar a vossa eminência se digne usar da sua alta influência espiritual para que essas mulheres, muitas delas mães e esposas, e com as penas cumpridas há muito tempo, sejam restituídas a seus lares e famílias, sendo posto termo aos seus indizíveis sofrimentos. E com a confiança ditada pela fé que nos dirigimos a vossa eminência, certos de que um apelo de tão extenso pastor de almas poderá mais do que todas as tentativas empreendidas no terreno das leis e instituições seculares".

Helena Silveira
Presidente da Mesa.

oportunidade para apresentar, com os nossos cumprimentos os protestos da mais elevada consideração".

Esta carta foi assinada por todas as mulheres da assistência, depois de subscrita pelas componentes da mesa.

TELEGRAMAS

Alem do telegrama enviado ao Cardeal Vasconcelos Motta, que publicamos à parte, foram expedidos mais

HEROINAS E MARTIRES

da luta contra o fascismo português

CATARINA EUFÉMIA — Camponesa, de Baleizão (Alentejo). Assasinada a tiros pela GNR em 19 de maio de 1954, durante uma greve de camponeses.

MARIA HELENA MAGRO — Estudante universitária, de Lisboa. Em consequência das perseguições da PIDE, morre na clandestinidade em 1956.

ROSA TEIXEIRA — Operária tabaqueira, de Lisboa. Morre na clandestinidade em 1946.

Nomes de algumas presas políticas portuguesas:

AIDA PAULA, ALBINA FERNANDES, COLÉLIA FERNANDES, FERNANDA PAIVA TOMAS, IVONE DIAS LOURENÇO, JULIETA GANDARA, MARIA ALBERTINA DIOGO, MARIA ALDA NOGUEIRA, MARIA PIEDADE GOMES, MATILDE BENTO, NATALIA DAVID MARTINS, SOFIA FERREIRA e MARIA EUGENIA VARELA GOMES.

três, endereçados respectivamente ao presidente da Republica do Brasil, ao almirante Tomaz e ao embaixador de Salazar no Rio de Janeiro.

Damos a seguir, o texto desses documentos:

Exmo. Snr.
Presidente dos Estados Unidos do Brasil

A Assistência ao ato publico realizado na Biblioteca Municipal na noite de 4 de março ultimo aprovou por aclamação este telegrama em que pede a intervenção pessoal de vossa excelência e dos seus serviços do Itamarati, a fim de que seja suavizada a situação das presas políticas portuguesas, e, nos casos possíveis, a sua imediata libertação. Chegaram à nossa mão documentos em que se prova que a situação destas presas é uma afronta à consciência universal.

O telegrama remetido ao almirante Tomaz dizia:

"Nome Senhoras Brasileiras reunidas São Paulo ato solidariedade presas políticas portuguesas solicitamos V. Exa. ponha termo sofrimentos dessas patriotas e violações direitos humanos restituindo-as liberdade e famílias — Helena Silveira.

Quanto ao telegrama enviado ao embaixador de Salazar no Brasil, é do seguinte teor:

"A assistência ao ato publico realizado na Biblioteca Municipal de São Paulo na noite de 4 de março ultimo aprovou por aclamação este telegrama em que se manifesta a sua indignação e repulsa veementes bem como a do povo brasileiro em geral, à vista dos documentos que nos chegam às mãos reveladores do infame regime prisional imposto às presas políticas nos cárceres salazaristas. Simultaneamente exigimos do Governo português a imediata libertação dessas vítimas da sua sanha medieval. Os signatários declaram unanimemente que a situação das presas políticas portuguesas é uma afronta ignominiosa à consciência universal".

Consul Casca Grossa

Na cidade de Cardiff realizou-se em 2 de março último, um debate público entre a sra. Helen Ward, secretária do Comité Britânico para a Anistia em Portugal e o consul salazarista Artur Cascas.

Na posse da palavra, para a abertura do debate, o sr. Cascas perorou durante cerca de uma hora para esclarecer através da sua opinião estritamente pessoal — certos pontos acerca de Portugal e suas colônias. Entre os surrados e por demais conhecidos argumentos que usou, em todas ocasiões, os funcionários da clique fascista, afirmou o sr. Cascas que duas forças estão interessadas em fomentar o desmembramento e a desintegração da Nação portuguesa: a Comunismo internacional e a plutocracia internacional. O primeiro tendo como objetivo colocar Portugal sob controle da União Soviética e o segundo empenhado em estabelecer predomínio econômico, influência política e controle sobre as colônias portuguesas.

Disse ainda o consul Cascas que Portugal não é uma potência colonial, que não possui colônias e que a sua capital, se bem que esteja em Lisboa, poderia do mesmo modo localizar-se em Luanda ou noutra localidade qualquer. Portugal, na opinião do consul, é um país Euro-Afro-Asiático. Por outro lado, Portugal não seria uma ditadura porque, embora o acusem disso, há outros países "onde se usam jatos de água contra manifestantes", por exemplo. Cascas dissertou sobre história. A implantação da República em 1910, as revoluções, greves e governos sucessivos no período republicano e, por fim, a revolução de 1926, o estabelecimento da ditadura militar e a chegada suave e benevolente de Salazar ao cargo de primeiro-ministro quando lhe foi assegurado que "não seriam gastos quaisquer dinheiros públicos sem a sua aprovação pessoal". Dissertou sobre a estrutura da sociedade portuguesa: baseada na família, integrada na freguesia, no conselho, no distrito, etc.

Esclareceu depois o sr. Cascas que o fato de em Portugal haver um baixo consumo de calorías per capita — falava agora a respeito do folheto da sra. Ward "Portugal: O Preço da Oposição" — se explicava porque "os portugueses talvez não tivessem necessidade de tantos alimentos como na Grã-Bretanha, país onde faz mais frio".

A opinião pessoal do sr. Cascas provocou hilariedade na assistência. Entretanto, o interesse da assistência e da sra. Ward não era tanto sobre generalidades e sobre a opinião pessoal do consul Cascas, mas antes se voltava para alguns casos concretos. Quiz a sra. Ward saber, por exemplo, quantos não-europeus tinham direito de voto nas colônias portuguesas. Como se podia entender a "igualdade" que o sr. Cascas afirmava prevalecer nesse país Euro-Afro-Asiático que seria Portugal se nas colônias, depois de 500 anos de missão civilizadora, os iliterados constituem ainda mais de 90% da população.

Uma pessoa da assistência manifestou desejo de saber onde se encontravam os dois candidatos opo-

(Continua na pag. 7)



Um aspecto da mesa que presidiu ao Ato Publico de solidariedade às presas políticas portuguesas.

II Conferência da F.P.L.N.

Algumas Considerações - 1

MANUEL SERTÓRIO

É justo dizer que a 2.a Conferência da F.P.L.N., pela sua simples realização e pelas medidas organizativas que tomou, representa um passo importante no desenvolvimento da luta do povo português pela sua libertação do jugo fascista.

Mas se não formos mais além, se não integrarmos a Conferência na fase actual da luta anti-fascista e das suas necessidades, correremos o perigo de interpretar com espírito mecanicista a simples letra das resoluções tomadas, não sendo capazes de as aplicar corretamente à realidade concreta da luta cotidiana.

PRESENTE FASE DA NOSSA LUTA

1 — É errado supor-se que as inegáveis dificuldades por que passa actualmente o fascismo português são de modo a destruí-lo mecanicamente.

Ao contrário, são muitos ainda os pontos de apoio do salazarismo.

Assim, na ordem internacional:

a) Os trusts dos países participantes do M.E.C. são favoráveis a certas reformas liberalizadoras nas infra-estruturas económicas de Portugal e das colónias, que as tornem aptas a aderirem a este *cartel* supra-estatal, estando por isso interessados numa modificação correspondente na estrutura política salazarista. Mas o tradicional domínio da Grã-Bretanha sobre a vida económica portuguesa e a crescente infiltração nesta de capitais norte-americanos, juntamente com a exclusão da nossa velha aliada do *club* monopolista do M.E.C. (que perdurará por maioria de razão a partir da provável vitória dos trabalhistas nas próximas eleições gerais britânicas) preservam o fascismo português de iminentes e forçadas liberalizações.

b) As tergiversações da diplomacia africana da maioria dos países capitalistas levam, na prática, ao apoio da política colonial de Salazar. A este apoio soma-se, no que respeita a Moçambique, o das potências do eixo *branco* da África Austral (União Sul Africana e Rodésia do Sul) cujos governos desejam que, a ser substituído o governo colonial de Salazar em terras de África, ou seja por um governo semelhante a eles, de uma minoria branca e racista.

c) A actual política de co-existência pacífica entre os Estados de diferentes naturezas económicas e políticas implica a reiteração da falta de ajuda material e ostensiva da maioria dos governos socialistas e neutralistas às forças anti-fascistas portuguesas, funcionando, sob este aspecto e por omissão, como adjuvante do *status quo* salazarista no mundo de hoje.

2 — Na ordem interna, o fascismo português extrai de vários factores força suficiente para manter, ainda agora, o domínio do país.

a) O sector mais reacionário da burguesia monopolista empresta ao governo toda a sua força industrial e financeira.

b) O aparelho de defesa e repressão do regime — altos comandos das forças armadas, PIDE e seus tribunais e a censura à imprensa — funciona com a eficiência suficiente para afectar profundamente os esforços organizativos da Oposição, até aqui demasiadamente débeis em face do seu inimigo.

3 — No entanto, o salazarismo defronta-se actualmente com importantes forças destrutivas:

Na ordem internacional:

a) No quadro geral do imperialismo e das suas contradições, o M.E.C. exerce pressões económicas e políticas sobre o fascismo português, no sentido que atrás ficou apontado, que o obrigam a um equilíbrio instável.

b) As guerras coloniais desencadearam um dispositivo internacional anti-salazarista, dentro e fora da Organização das Nações Unidas, de que o bastião mais eficiente é hoje a União dos Estados Africanos mas que se radica, nas esferas governamentais ou fora delas, em quasi todos os países civilizados do mundo e que iniciou já a fase das sanções materiais, mediante a interdição às navos portuguesas de portos e aeródromos em África.

c) A política de co-existência pacífica — e é esse, em primeiro lugar, o seu sentido revolucionário — im-

plica para o nosso povo, como para todos os outros dominados pelo fascismo ou pelo colonialismo, uma possibilidade de autodeterminação política inexistente há 10 anos atrás. Com efeito, hoje, em que nem os Estados Unidos se atrevem a intervir militarmente em Cuba, passaram definitivamente para nós, suceda o que suceder, os tempos da oportuna comparsa na barra do Tejo dos navios de guerra de Sua Majestade Britânica.

d) O Pacto Ibérico está neutralizado, já precisamente pelas implicações gerais da co-existência pacífica, já também pela submissão do governo de Franco ao sistema monopolista do M.E.C., que o faz trilhar um caminho diferente do de Salazar, nomeadamente perante o problema da descolonização.

e) Finalmente, uma nova força destrutiva dos pontos de apoio do salazarismo é a presente política nuclear dos Estados Unidos da América e da URSS, de um só *dedo no gatilho*, a qual, assegurando a co-existência pacífica, conduzirá ao progressivo enfraquecimento da NATO e das suas necessidades estratégicas e táticas, traduzindo-se, portanto, na diminuição da importância do fascismo português para os governos *leaders* daquela associação militarista.

4 — Na ordem interna, o governo de Salazar conta, por todos os lados, com poderosas forças adversas.

a) Mediante a inclusão de Portugal na E.F.T.A. e as alterações de funcionamento deste *cartel* supra-estatal, concorrente do M.E.C., introduzidas pela Conferência de Lisboa de Maio de 1963, a burguesia monopolista britânica procederá, de acordo com os seus interesses, a uma reclassificação das empresas portuguesas, desenvolvendo-as por sectores especializados, atrofiando-as ou extinguindo-as. Como a incipiente estrutura industrial do país é incapaz de suportar a livre concorrência estrangeira, o aguçamento das contradições monopolistas de nossa sociedade levará a empobrecimento absoluto e relativo das classes trabalhadoras, e da classe média, a acentuar-se num ritmo jamais igualado. E esta realidade económica tem como contra-partida política natural o aumento do grande *exército* dos descontentes.

b) A política colonial salazarista, mesmo contando como conta com o apoio militar e económico das potências da N.A.T.O., implica encargos financeiros, enormes, para os quais a estrutura económica portuguesa não está nem podia estar devidamente aparelhada. Como estes encargos têm tendência não para diminuir mas sim para aumentar nos próximos tempos, em face da iminência do recrutamento dos actuais conflitos armados e do surto de novos conflitos nas colónias, uma grave crise económica e financeira pende sobre o governo.

c) Como reacção mitigada aos factos atrás apontados e em representação dos interesses monopolistas integrados no M.E.C., surgiu em Portugal uma corrente política contígua ao governo que se opõe ao *salazarismo* com Salazar e de que é símbolo e porta-voz o ex-presidente e ex-salazarófilo Craveiro Lopes. Esta corrente configura a visão mais lúcida dos interesses da burguesia monopolista portuguesa em Portugal e nas colónias, pois parte do princípio da impossibilidade do nosso país prosseguir durante muito mais tempo a actual política de ocupação militar das colónias e a política financeira e económica acarretada pela primeira e, nestas circunstâncias, exerce uma natural atracção sobre os sectores mais conservadores da Oposição, que seria prova de primarismo político desconhecer ou menosprezar. Trata-se assim, de uma espécie de quinta-colunismo salazarista, que debilita o governo e as forças ultra-fascistas que o apoiam.

5 — O saldo destas condições objectivas de vida do fascismo português é nitidamente desfavorável para este e favorável para as forças democráticas.

Como correspondem estas últimas forças a tais condições objectivas?

a) É inegável que existe hoje (e em certa medida desde o início da campanha presidencial do General Humberto Delgado) uma radicaliza-

ção política do proletariado e de certas camadas do campesinato e da pequena burguesia urbana, que se traduz na convicção geral, por parte destes sectores da população, de que é necessário um choque violento das forças populares com as da repressão e de defesa do fascismo português.

b) Foram praticadas, no decurso das manifestações populares que tiveram lugar nos últimos anos (inclusive desde, mais uma vez, a campanha do General Humberto Delgado), acções de auto-defesa violenta das massas manifestantes de que não houve recordação em todas as fases anteriores da luta de massas na nossa Pátria.

c) São hoje muitos os patriotas, especialmente jovens militares e civis, que se dizem prontos a empunhar armas contra o salazarismo e não é legítimo duvidar das suas afirmações. Este facto tem um excepcional significado, não tanto pela capacidade que estes democratas reviam para matar como pela sua disposição de morrerem, que é o que assegura, entre outros factores, a eclosão e a vitória de uma sublevação popular.

6 — No entanto, a verdade é que as condições subjectivas de luta do nosso povo e nomeadamente dos democratas activistas estão ainda aquém das condições objectivas favoráveis.

Assim:

a) Numa crise teórica muito profunda que lava em todas as fileiras oposicionistas acerca do processo concreto adequado para o derrubamento do fascismo, a tese da insurreiçao popular não se configurou, ainda com a necessária precisão nas acções violentas que devam desde já ser praticadas, e na exclusão das acções terroristas, de tipo anarquista, que só poderiam provocar a reacção das massas. O lugar das acções pacíficas, de tipo legal e semi-legal, como condição para a mobilização crescente das massas populares, é negado por uns, aceite por forma contrafeita por parte de outros e defendido com insuficiente segurança por outros ainda.

b) Os esforços para a criação de uma unidade de acção de todas as forças democráticas e de formas organizativas adequadas têm sido privados de um substrato suficientemente defendido, precisamente porque lhes tem faltado um programa de acção de ordem tática. Daí o facto da unidade existente ter sido até agora mais uma *unidade de tréguas* do que uma unidade de acção e o facto da organização anti-fascista comportar ainda extraordinárias debilidades.

c) Os interesses de classe dos sectores mais conservadores da Oposição por um lado e a desorientação política de muitos militantes de esquerda, por outro lado, têm reduzido a capacidade de manobra da Oposição, fazendo com que ela não consiga arrancar das mãos do governo a iniciativa da luta entre as forças democráticas e as do fascismo.

7 — Foi nestas condições que se realizou a 2.a Conferência da F.P.L.N. e que ela tomou as suas resoluções.

Justas de uma maneira geral, estas resoluções basearam-se realista-mente nas condições existentes, ao mesmo tempo que pretenderam contribuir para a sua alteração no sentido da rápida destruição da engrenagem fascista.

(Continua no próximo número)

SOLIDARIEDADE DA C. M. DE S. PAULO

Durante o mês de Março, as violências praticadas pela PIDE contra os presos políticos de Peniche continuaram a repercutir no Brasil. A Câmara Municipal de São Paulo, depois de ouvido o plenário deferiu um requerimento do vereador Marcos Kertzmann pedindo para que fosse transcrito nos anais da casa um artigo publicado em PORTUGAL DEMOCRÁTICO, "em que é abordada a justa revolta dos presos políticos portugueses contra o desalmado regime carcerário vigente naquele país irmão".



No dia 17 do corrente realizou-se em Paris, promovida pelo Socorro Social Francês, uma jornada de solidariedade ao povo português. O ato, a efetuar no Theatre de la Mutualité integra-se na série de manifestações levadas a efeito em várias cidades francesas com o mesmo objetivo. A que se realizou recentemente em Nice (cliché) constituiu um assinalado êxito da campanha que visa a mobilizar a opinião pública da França contra a repressão fascista em Portugal.

Em Florença Conferência de Jovens Condena Fascismo Português

Com a participação de cerca de 200 delegados, representando sessenta países, realizou-se em Florença, de 26 de Fevereiro a 1 de Março passado, a Conferência Internacional da Juventude e dos Estudantes pelo Desarmamento, pela Paz e a Independência Nacional.

Uma delegação de jovens antifascistas portugueses participou do conclave, tendo apresentado ao plenário um relatório circunstanciado sobre a luta da juventude portuguesa pela Paz e a Independência Nacional e o significado desta luta no Portugal dominado pelo fascismo salazarista.

A delegação portuguesa apresentou ainda à Conferência uma moção que, secundada pelas delegações da Argélia, Itália, URSS e Dinamarca, foi aprovada por unanimidade.

O texto da moção é o seguinte:

"Considerando a situação da Juventude e dos Estudantes que lutam em Portugal por medidas concretas a favor do Desarmamento Geral e controlado, a Coexistência pacífica entre Estados de regimes sociais diferentes, e Independência nacional; Constantando que o fascismo de Salazar é um fator de guerra colonial em Angola, e de guerra fria na Europa; que esse regime imperialista submete ao mesmo tempo, Portugal ao imperialismo de algumas grandes potências, às quais entrega as riquezas nacionais portuguesas e o solo português para a instalação de bases militares;

"A Conferência recomenda que seja denunciado e combatido pela opinião democrática mundial e pelas organizações de juventude o apoio concedido por certas grandes potências — destacadamente os Estados Unidos, a Alemanha e a Inglaterra — à política anti-democrática e belicista de Salazar;

"A Conferência recomenda que seja denunciada e combatida a presença de bases militares americanas (Açores e Portugal continental) e ocidental-alemãs (Beja) em Portugal contra a vontade do povo português, que seja denunciado e combatido o fornecimento de armas a esse regime, ajuda essa que contribui para pôr em perigo a Paz mundial, e que seja exigida dos governos ocidentais a exclusão de Portugal da OTAN;

"A Conferência recomenda por fim às organizações de juventude e à opinião democrática de todo o mundo a mais viva solidariedade ao Povo português e à defesa dos milhares de presos políticos portugueses torturados e em perigo de vida pelo facto de lutarem simultaneamente pela Independência nacional e pela Democracia em Portugal, pelo fim da guerra em Angola e na Guiné, e pelo Desarmamento e a Paz Mundial."

Com o falecimento de Silverio da Costa Letra, ocorrido no passado dia 9, perdeu "Portugal Democrático" um dos seus maiores, mais dedicados e antigos amigos. Residente no Brasil há mais de meio século, era Silverio Letra um daqueles portugueses a quem o afastamento da Pátria não enfraqueceu nunca os vínculos que a ela o ligavam ou diminuiu a capacidade de julgar os homens e os acontecimentos da sua terra. Dele se pode dizer que era um patriota que acima de todas as coisas amava a dignidade e a liberdade do homem, repugnando-lhe o sentimentalismo hipocrita do fascismo.

"Portugal Democrático", no momento em que ele desaparece, honra-se de lhe prestar uma última homenagem apontando-o no seu patriotismo dos mais puros e na autenticidade das suas convicções libertárias como um exemplo a todos os democratas portugueses do Brasil. Este jornal era para Silverio da Costa Letra — o nosso "jovem Letra", com os seus 63 anos — uma razão de vida e uma bandeira de combate. Não poderemos esquecer-lo pelo significado simbólico dessa comovedora dedicação.

Em apelo endereçado aos amigos de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, lembramos recentemente que a situação económica do nosso jornal se torna cada dia mais difícil devido ao constante aumento das despesas, em decorrência do próprio processo inflacionário, sem a necessária contrapartida no acréscimo das receitas. Alguns leitores ouviram esse apelo e apressaram-se a atendê-lo, enviando-nos contribuições que muito nos ajudaram. É preciso, entretanto, que muitos outros o ouçam e nos auxiliem, pois só assim, como vimos repetidamente salientando, nos será possível manter PORTUGAL DEMOCRÁTICO no seu nível actual, sem prejuízo das remessas, cada vez mais volumosas, que se dirigem aos principais núcleos portugueses espalhados pelo mundo e a dezenas de países estrangeiros. O custo da assinatura anual, via aérea para o Exterior, continua a ser de US\$ 10 dólares. Somos os primeiros a reconhecer que é bastante elevado, mas cabe recordar que, em consequência da desvalorização do cruzeiro, as contribuições vindas do Exterior são hoje indispensáveis à nossa sobrevivência.

Pedimos, igualmente, a todos os nossos assinantes do Brasil que ainda não renovaram as suas assinaturas para 1964 o favor de o fazerem o mais breve possível.

Silverio da Costa Letra



DE
TR
DES

Pela amnistia e contra a repressão

Durante os meses de fevereiro e março continuou a desenvolver-se, estendendo-se a novos países da Europa e da América, a campanha mundial de protesto contra a repressão em Portugal. A luta heroica dos presos de Peniche cabe o mérito imenso de ter chamado de modo particular a atenção da opinião pública internacional para a atmosfera permanente terror policial em que se vive hoje em Portugal. Assim, grande parte das centenas de cartas e telegramas de protesto remetidos às autoridades fascistas do estrangeiro alude à situação dos patriotas encarcerados em Peniche e exige a sua mediata libertação.

COMUNICADO DA U.I.E.

A União Internacional dos Estudantes, correspondendo a um apelo do Movimento Nacional dos Estudantes Portugueses, divulgou em fins de Fevereiro um comunicado em que solicita a todas as organizações nela filiadas o envio de energéticos protestos ao diretor da Fortaleza de Peniche, ao ministro da Educação Nacional de Portugal e à Comissão dos Direitos do Homem. Nesse documento, depois de se historiarem os acontecimentos que, no mês de Dezembro, provocaram a revolta dos presos, diz-se:

"O Movimento Nacional dos Estudantes Portugueses faz essa campanha, pois entre os prisioneiros políticos de Peniche encontra-se grande número de estudantes, entre os quais Carlos Aboim Ingles, três vezes preso por haver militado no movimento estudantil anti-fascista, José Bernardino e Carlos Brito, preso pela primeira vez em 1956, ano em que se evadiu da prisão para ser de novo preso dois anos depois (acha-se ainda encarcerado apesar de já haver cumprido a pena). Cita-se ainda Jorge Araujo, estudante já três vezes preso, a última das quais em 1963, após haver escapado de uma prisão e trabalhado no movimento clandestino anti-fascista."

Políticos Portugueses" transcrevem, por serem particularmente expressivos, os seguintes trechos, extraídos de uma carta enviada por um patriota português àquela entidade:

"Nota-se uma fúria crescente da parte do fascismo, reflexo do seu pavor, incidindo esse encarniçamento principalmente sobre os presos e especialmente de Peniche. Julgando talvez dissipada a emoção suscitada pela Conferência da Amnistia, o director da Fortaleza de Peniche, Manuel da Encarnação Falcão, o seu secretário Reis, e o chefe dos guardas, Victor Ramos, redobram as provocações, as ameaças, as proibições. Os protestos dos presos em face do agravamento da sua situação, da má alimentação, da falta de cuidados médicos tornam-se frequentes. O diretor da prisão responde atirando os presos para o "segredo" durante períodos que variam de 15 dias a um mês (Guilherme de Carvalho e Americo de Sousa passaram ultimamente trinta dias nessas condições). As visitas do Natal, em certos casos, foram proibidas e diminuído o tempo do "passoio". Os presos são ameaçados de envio para Tarrafal, em Cabo Verde. E aavelmente prevenidos: "Os guardas são nervosos e podem disparar ao primeiro aviso". Entretanto, a altura das paredes do pátio foi elevada para quatro metros, o que diminui muito a claridade das celas. Os presos só podem ler um matutino e um jornal desportivo. Os livros estão proibidos."

A LIBERTACAO DE
MANUEL R. SILVA

Continuam a ser recebidos em nossa redação numerosos documentos que revelam a profunda repercussão que alcançou em todo o mundo a libertação do dirigente operário Manuel Rodrigues da Silva, após a grande campanha internacional desfechada para arrancar aquele patriota das garras da PIDE. Comentando essa notável vitória do povo português o Boletim do Comité Frances para a Anistia escreve em editorial:

"Este êxito, bem como outras libertações anteriores obtidas e já assinadas por nós, mostra bem o alcance da acção desenvolvida pelos Comités de Anistia em todo o mundo e pelas Comissões de solidariedade e de defesa das liberdades em Portugal. Salazar vê-se forçado, pela luta do povo português e também pela nossa em França e no mundo, a libertar presos políticos para tentar desse modo aparecer sob melhores cores aos olhos de uma opinião pública internacional cada vez mais atenta e revoltada."

(...) "Esta vitória humana e política deve abrir novas perspectivas a outras vitorias e a outras campanhas pela libertação de José Rodrigues Victoriano, dirigente sindical (mais de 14 anos de prisão), Manuel Guedes (mais de 16 anos de prisão), etc. Nesse sentido, apelamos para o reforço da colaboração entre o nosso Comité e as diferentes personalidades e organizações democráticas, partidos políticos, sindicatos, organizações jurídicas e de defesa dos direitos do homem".

(...) "Manuel Rodrigues da Silva, libertado sob fiança, acha-se neste momento em tratamento num hospital civil de Lisboa. Desejamos vivamente que esse tratamento possa ter efeitos benéficos sobre a sua saúde e fazemos votos para que tenha uma longa vida num Portugal livre e feliz".

PATRIOTAS
ANGOLANOS
LIBERTADOS

Dois patriotas angolanos, Andre Franco de Sousa e Helder Neto, foram recentemente postos em liberdade, abandonando a ilha de Santiago, onde se encontravam presos.

Detidos em 1960 como membros do Movimento Popular de Libertação de Angola, o processo assinalou o início de uma fase de feroz repressão em Angola.

A libertação de ambos constitui uma grande vitória do povo português e dos povos das colónias e deve servir de incentivo à intensificação dos es-

forços em prol da libertação de centenas de outros patriotas africanos que continuam encarcerados nos presídios e nos campos de concentração fascistas.

NA HOLANDA

O Comité Holandês para a Amnistia vem desenvolvendo intensa actividade. Uma das suas últimas iniciativas, levada a efeito com a colaboração de várias entidades estudantis, foi o convite dirigido a um oficial do Exército Português — que se recusou a participar da guerra de Angola — para realizar na Holanda e na Bélgica uma série de palestras elucidativas sobre a campanha de genocídio em curso nas colónias portuguesas. Aquele oficial patriota visitou Amsterdam, Haia, Utrecht, Leyde, Delft e Anvers e concedeu entrevistas aos seguintes jornais: "Trouw", "Het Vrije", "Algemeen Dagblad", "Haags Post", "Het Vaderland", "Algemeen Handelsblad", "De Tioj" e "Het Parool".

Milhões de holandeses e belgas tiveram assim ensejo de ser pormenorizadamente informados sobre a luta do povo angolano pela sua independência e sobre a luta do povo português pela sua liberdade.

O Comité Holandês realiza presentemente interessante campanha em que vem denunciando o apoio fornecido pelas potências da OTAN ao fascismo português, particularmente no terreno militar. A televisão holandesa, pelo seu lado, sensível à receptividade do público diante das acusações e denúncias do Comité, realizou vários programas sobre a repressão em Portugal, apontando os casos mais chocantes.

NA SUECIA

O Comité Sueco contra o Neo Nazismo e o Racismo editou uma brochura dedicada ao processo de Beja e promoveu no passado dia 29 de Janeiro um grande ato publico de solidariedade aos presos políticos portugueses e espanhóis. Durante o meeting, o caso de Beja foi exposto com grande desenvolvimento. De outro lado, numerosos jornais vêm dedicando ao seu noticiário internacional, crescente atenção ao problema da repressão em Portugal.

MEDIDAS DE SEGURANCA
PARA DOIS PATRIOTAS

No dia 24 do mês de Fevereiro p.p. o chamado Tribunal Plenário do Porto foi palco de mais uma farsa jurídica que terminou com a aplicação das famigeradas "medidas de segurança" a dois patriotas: Artur Saldanha e José Maria Pimentel.

O tribunal era constituído pelo desembargador José da Cunha Ferreira e pelos corregedores Mário Valente Leal e Alfredo Soares, e reuniu-se para leitura da sentença do julgamento de oito democratas acusados de "actividades subversivas contra a segurança do Estado". Artur Ferreira da Silva Saldanha, de 29 anos, agente de engenharia, de Fafe, foi condenado na pena de dois anos de prisão maior, com medidas de segurança de seis meses a três anos. José Maria Pimentel, de 30 anos, comerciante, de Miranda do Douro, em um ano de prisão e medidas de segurança, também de seis meses a três anos. A pena foi suspensa por três anos, mas, por força das medidas de segurança, recolheu à cadeia. Antonio Baltazar Barata, de 23 anos, professor primário, de Mogadouro, foi condenado em um ano de prisão, com a pena suspensa (já cumprida!!!). Fernando Ferreira de Castro, de 33 anos, relojoeiro, de Miranda do Douro, em seis meses de prisão. Os restantes acusados — Abilio Pinto Salgado, Simeão Jesus Lopes, Manuel Ferreira e Arnaldo Augusto Pereira foram absolvidos.

O mesmo tribunal reuniu-se no dia seguinte para a leitura da sentença do julgamento de dois outros patriotas: João de Pinho e Anibal Neves, ambos acusados de pertencermem ao Partido Comunista Português.

O primeiro, de 45 anos, empregado comercial, de São Mamede de Infesta, foi condenado em oito meses de prisão correcional. Anibal Neves, de 60 anos, operário, de Leça do Bailio, em seis meses de prisão correcional.

Todos os reus, em ambos os julgamentos, foram condenados na habitual perda de direitos políticos por períodos variáveis entre cinco a quinze anos e no pagamento de multas e de impostos de justiça.

AJUDAI AS FAMILIAS DOS PRESOS POLITICOS

Mais de uma vez PORTUGAL DEMOCRATICO tem feito apelos no sentido de que não sejam esquecidos os presos políticos que sofrem nas masmorras da PIDE. Uma das primeiras formas de auxilio ao alcance de todos os leitores é a correspondência com as famílias. Eis os nomes e residências de familiares de patriotas encarcerados por Salazar e o tipo de ajuda que mais necessitam:

- Irene de Oliveira Machado — Rua B n.º 11 r/c Esq. — Bairro da Liberdade — Campolide — LISBOA (dinheiro e víveres).
- Maria da Conceição Mendes Duque — Rua Bartolomeu Dias n.º 8, Aguaiua — Cacém — SINTRA.
- Maria Eugénia Constância Gueifão — Rua António José Marques n.º 1. Esq. Cacém — SINTRA (dinheiro e víveres).
- Maria da Conceição Figueiredo — CACEM — Gare — SINTRA (caso urgente: 3 crianças e ameaçada de ser despejada — (dinheiro e víveres).
- Ana Parreira Fera — Rua Machado dos Santos n.º 12 — MOITA DO RIBATEJO (dinheiro).
- Aurea dos Prazeres Neto Fernandes — Rua Comendador Adolfo Vieira de Brito, 1.º Dto. — BELAS (necessidade urgente de dinheiro e medicamentos. Sofre de perturbações mentais desde o julgamento do marido).
- Maria Cristina de Oliveira Machado — Bairro da Liberdade — LISBOA (Tem dois filhos, um de 7 e outro de 9 anos. Precisa de vestuário para os filhos, dinheiro e víveres).
- Maria Cândida Martins — Rua da Estação n.º 5, 3.º Dto. — MEM MARTINS (Tem dois filhos de 4 e 12 anos CASO GRAVE. Precisa de dinheiro).
- Maria Antunes Tavares Milheiro — Casal da Abelheira n.º 8 — Aguaiua — Cacém — SINTRA (precisa de dinheiro).
- Francisca Velez — Rua António Pedro de Carvalho n.º 7 — 1.º Esq. — MOSCAVIDE (em dificuldades. Tem uma filha de 10 anos).
- Flora Magro — Rua António Patricio, n.º 14 r/c Esq. — LISBOA.
- Maria Ildia Goulart da Silva — Rua de S. Bento, 28 — 3.º, LISBOA.

A FRANÇA CONTRA A REPRESSÃO

PARIS (Do Correspondente) — A fim de apresentar ao público a brochura comemorativa da realização da Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, o Comité Frances promoveu em fins do ano passado uma recepção a que compareceram, além da imprensa, numerosas personalidades dos meios sindicais, políticos, literários, artísticos e universitários de Paris.

Durante a reunião, usaram da palavra Maître Supervielle, a escritora Maria Lamas, o dr. Luis Bernardino e o dr. Daniel Vidal. Este último apresentou a brochura e fez breve exposição sobre as actividades do Comité Frances de que é secretário. Maître Supervielle mencionou o agravamento da repressão em Portugal, citando números e factos. D. Maria Lamas enalteceu a acção desenvolvida pelos vários Comités Europeus da Amnistia, salientando que a ela devem, em grande parte, os democratas portugueses, a libertação de muitos patriotas entre os quais Candida Venturo, Angela Vidal e Humberto Lopes. O dr. Luis Bernardino chamou a atenção para as dramáticas condições em que alguns membros de sua família foram atingidos e torturados pela PIDE.

Foram recebidas entre outras, mensagens das seguintes personalidades: Claude Roy, escritor; general Petit, senador; Pierre Cot, ex-líder do grupo Parlamentar Progressista; Jean Marie Domenach, director da revista católica "Esprit"; Adamov e Pierre Gamarra, escritores; Mancini, do Comité Central da Liga Francesa dos Direitos do Homem; Profs. Jankelvitich e Labrousse, da Sorbonne; Suzanne Lolette Khan, secretária geral

da Federação Internacional das Ligas dos Direitos do Homem; etc.

SOLIDARIEDADE
AOS INTELECTUAIS

A França foi, juntamente com o Brasil e a Itália, um dos países onde alcançou maior repercussão a onda de protestos provocada pelas perseguições movidas em Dezembro aos intelectuais portugueses. Na oportunidade de um telegrama particularmente expressivo foi enviado ao almirante Americo Tomaz por dezenas de escritores franceses, exigindo a imediata libertação dos intelectuais detidos pela PIDE. Entre os signatários figuravam Claude Roy, Armand Lanoux, Jacques Madaule, Arthur Adamov, Pierre Gamarra, Pierre Abraham, Jacques Gaucheron, Gilette Ziegler, Marie Anne Comnène, Emmanuel Robles, Elisabeth de Neyrat, Simone de Beauvoir, Jean Lois Boris, Eugene Gullevic, Leon Moussinac, Charles Dobzynski, René Lacote.

Por outro lado, a União dos Escritores pela Verdade (Union des Ecrivains pour la Verité) também protestou contra a arbitrariedade das prisões, tendo o comunicado que expediu a respeito merecido referências dos principais órgãos da imprensa parisiense. Reagido também contra a perseguição aos cineastas, cerca de 50 personalidades do cinema francês dirigiram-se ao chefe do Estado Fascista Português, insurgindo-se contra a vaga de terror policial que atingiu homens como Manuel de Oliveira, Fonseca e Costa e Vasco Granja. Entre os signatários do protesto incluíam-se nomes de projecção mundial como René Clair, Alain Renais e René Clement.

SOLIDARIEDADE DOS ADVOGADOS AMERICANOS

A secção de São Francisco do Grémio Nacional dos Advogados dos Estados Unidos promoveu recentemente uma palestra do sr. Alliman, que assistiu ao julgamento de José Bernardino como representante do Comité inglês para a Amnistia.

Os advogados norte-americanos, segundo informa o boletim do referido Comité, ficaram chocados com a inexistência de liberdades políticas e com a maneira como "o sistema judicial serve de veículo à repressão em vez de instrumento de protecção e de promoção das liberdades básicas do homem".

O Grémio Nacional dos Advogados foi solicitado a estudar o assunto e a tomar iniciativas a respeito no ambito nacional.



"El Francasso del Salazarismo" é o título de um livro do sr. Mario Mendez Fonseca, recentemente editado em Caracas. A obra, que tem um prologo de Cesar Rondon Lovera, constitue um libelo contra o fascismo português e um interessante repositório de documentos e dados estatísticos sobre a situação económica, política e social existente em Portugal após 38 anos de salazarismo.

APELO DO COMITE'
FRANCO PARA
A ANISTIA

O Comité Francês para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses também expedi, com data de 24 de Fevereiro um comunicado em resposta ao comovedor apelo dos patriotas de Peniche. Depois de narrar os factos que deram origem ao movimento dos presos, o documento informa: "Um novo diretor, Manuel da Encarnação Falcão decidiu anular as poucas melhoras obtidas pelos detidos. Estes estão fechados em celulas individuais dos quais só saem para comer, dar um curto "passeio" de hora e meia sem quase poderem falar entre si. Não podem cantar ou assobiar, nem aproximar-se das janelas. O "segredo", a suspensão de visitas e da correspondência são moeda corrente. O médico, por vezes, não visita os doentes durante muitos dias. As visitas realizam-se em dois parlatórios de quatro lugares cada um, estando os visitantes separados por uma dupla parede de vidro e grades. O nosso Comité lança um apelo à opinião francesa para que, enquanto não for promulgada uma amnistia, seja modificado ao menos o regime prisional, de modo a permitir a vida em comum dos prisioneiros bem como a simplificação e humanização do sistema de visitas e uma assistência médica seria. Cartas e telegramas podem ser remetidos ao capitão HANUEL da ENCARNACAO FALCAO, diretor da Fortaleza de PENICHE, Portugal".

UMA CARTA
EXPRESSIVA

Do "Boletim do Comité Francês para a Amnistia aos Presos e Exilados

De u
de Cot
por mot
ta que
"Co
tempo
bicação
de vos
Foi,
gia qu
tudo o
gado, j
sido d
nhecer
Estud
Coimbra
de uma
felicite
uma da
a gover
me con
a calar
tenho d
enquant
que as
juance
de 7
me pri
nas po
que re
lire q
shas co
como as
na não
Não téi
com o t
nem
beis qu
pejo de
de J
guerra
Angola
rega de
os Ar
dama Y
Meus
tulo m
tório q
tenente
Repúbli
nosu g
trinsec
resses
Instra
combat
a enca
aquele
do 5 de
na do
são ser
causa e
regime
Está
der con
A OI
ESCA
SALA
Apes
volvido
portugi
pública
conhec
seu reg
Salazar
progre
Uma
mentad
a publi
da Sue
landia
tagens
gurdss
que co
libelo
tre os
coluna
gurdss
Dagbla
ger", e
II".
Em
crimes
não p
acomp
se a ev
sa o q
dado
bre as
guerra
de

TRIBUNA DO LEITOR

DESABAFO DE UM JOVEM

De um estudante da Universidade de Coimbra, cujo nome omitimos por motivos óbvios, recebemos a carta que abaixo publicamos:

"Conhecendo de há bem pouco tempo a vossa corajosa e livre publicação, só agora me é dada ocasião de vos dirigir estas palavras.

Foi, com efeito, com imensa alegria que pude absolver que nem tudo o que é português está amordaçado, já que, estando a imprensa a serviço da ditadura é bem difícil conhecer a VERDADE.

Estudante da Universidade de Coimbra, perfiho convicto as ideias de uma Democracia Universal Infelizmente, porém, usufruindo de uma das poucas bolsas de estudo que o governo de Salazar concede, vejo-me constringido, bem a meu pesar, a calar os meus pensamentos. Não tenho o direito de, pelo menos por enquanto arriscar uma oportunidade que as bem poucas possibilidades financeiras de meus pais não podem de modo nenhum sustentar. Não me privo, porém, de todas as leituras possíveis (bem poucas são as que representam um pensamento livre que venham alimentar as minhas convicções. Leituras, contudo, como as que o vosso jornal proporciona não se encontram facilmente. Não têm os senhores inibição em, com o maior desassombro, desmascararem todos os procedimentos ignóbilis que o governo fascista não tem pejo de tomar contra este povo mártir de Portugal. Quer tratando-se da guerra colonialista e assassina de Angola e da Guiné, quer da recente vaga de infiltração neo-nazi nas Forças Armadas, sempre a vossa voz clama Verdade e Justiça.

Meus caros senhores, é além de tudo um grande sentimento de gratidão que nós, os que cremos ardentemente no próximo advento da II República, nutrimos em relação à vossa publicação, pelo seu valor intrínseco de baluarte defensor dos interesses do Povo.

Intransigentes na primeira linha de combate, não fazemos mais nesta nossa causa comum do que perpetuar aquele espírito que animou os homens do 5 de Outubro de 1910. É essa chama da liberdade e da democracia que não será apagada e há de ser ela a causa do final da demolição de um regime opressor do povo.

Está próxima a hora em que o poder concentrado num grupo aristocrático e de latifundiários e grandes homens de negócios, sectários de Salazar, passará para as mãos de todos nós, não será mais do ditador e de seus títeres. Enfim, lembrando-nos nós da guerra de genocídio levada a cabo pelos exercitos governamentais em Angola e na Guiné, como podemos ficar indiferentes? A palavra de ordem só poderá ser desertar para os jovens que, como eu, estamos na contingência de ser, mais dia menos dia enviados para essa guerra assassina. A Juventude Portuguesa, obreira do amanhã lusitano, não poderia erguer o rosto perante o resto do mundo livre após ter colaborado na monstruosa campanha de extermínio racial.

Mas não é fácil ajuizar-se sobre quais as maiores taras do regime de Salazar se o genocídio em África, se a situação da maioria esmagadora da população que labuta e vive pensando o dia a dia, sempre recessa de por qualquer motivo insuspeitável, sofrer uma brutal repressão policial. Sim, porque como na vossa publicação tão completa claramente, o provais, as prisões de todo o País regorijam de presos, vítimas inocentes das perseguições do governo. Mas a prisão não é só atrás das grades; ela existe também para nós que não estamos dentro dos muros nem nos subterrâneos de Cascais — no entanto a diferença é de mero ambiente — a falta de liberdade é uma constante comum a todos".

Estudante da Universidade de Coimbra, perfiho convicto as ideias de uma Democracia Universal Infelizmente, porém, usufruindo de uma das poucas bolsas de estudo que o governo de Salazar concede, vejo-me constringido, bem a meu pesar, a calar os meus pensamentos. Não tenho o direito de, pelo menos por enquanto arriscar uma oportunidade que as bem poucas possibilidades financeiras de meus pais não podem de modo nenhum sustentar. Não me privo, porém, de todas as leituras possíveis (bem poucas são as que representam um pensamento livre que venham alimentar as minhas convicções. Leituras, contudo, como as que o vosso jornal proporciona não se encontram facilmente. Não têm os senhores inibição em, com o maior desassombro, desmascararem todos os procedimentos ignóbilis que o governo fascista não tem pejo de tomar contra este povo mártir de Portugal. Quer tratando-se da guerra colonialista e assassina de Angola e da Guiné, quer da recente vaga de infiltração neo-nazi nas Forças Armadas, sempre a vossa voz clama Verdade e Justiça.

Meus caros senhores, é além de tudo um grande sentimento de gratidão que nós, os que cremos ardentemente no próximo advento da II República, nutrimos em relação à vossa publicação, pelo seu valor intrínseco de baluarte defensor dos interesses do Povo.

Casca Grossa

(Continuação da pág. 4)

sicionistas às eleições (fraudadas) de 1958. A sra. Ward esclareceu: um está no exílio, o outro cumpriu 10 meses de prisão.

Perguntas demasiado embaraçosas para o consul Cascais foram feitas pela assistência, porém para todas elas encontrou, como resposta, uma "opinião pessoal": A prisão e as medidas de segurança são necessárias para proteger a sociedade de certas pessoas maníacas. — Os intelectuais — médicos, escritores, etc. — citados nominalmente ao sr. Cascais, que foram presos no último outono, eram maníacos? — Se foram presos — respondeu o consul salazarista — é porque infringiram a lei. — Por que foram então absolvidos? O sr. Cascais não tinha em relação ao caso, uma opinião pessoal.

Sobre o escultor Dias Coelho, morto a tiro pela PIDE em 19-12-1962, em plena rua, sobre a morte de Raul Alves, qual era a opinião pessoal do sr. Cascais? O sr. Cascais deu volta por cima e iniciou uma curiosa exposição sobre o procedimento legal: "há um período de 3 meses para interrogatórios e, se o caso for muito complicado, são concedidos mais 3 meses. Durante este tempo a polícia fica também investigando no sentido de estabelecer fatos que prove a inocência do preso. Entretanto, se alguém for preso injustificadamente, há sempre a possibilidade de recorrer ao Habeas Corpus".

Não merecem menção, evidentemente, todas as respostas dadas pelo consul Cascais às inúmeras perguntas que lhe foram feitas sobre fatos concretos. Porque, na verdade, não respondeu a coisa nenhuma, limitando-se a divertir a assistência com o efeito hilariante das suas explicações. Interrogado — a propósito da inexistência do direito à greve — sobre quais os meios que possui o trabalhador em Portugal para assegurar o pão para sua família, eis a resposta encontrada pelo sr. Cascais: "trabalha, ou mendiga", o que, como era inevitável, provocou risos.

Quando um marítimo, já no final do debate, perguntou porque o julgamento dos 87 de Beja ainda não foi realizado, não obstante terem já passado mais de dois anos, um outro membro da assistência respondeu pelo sr. Cascais: trata-se de investigações muito complicadas. E, mais uma vez, a assistência riu...

Quem Está Bem Deixa-se Estar

Manuel Carlos

A verdadeira situação interna, em Portugal, é triste e angustiada. Triste porque toda a vida da Nação se processa sob o signo da aparência e da ilusão para quem a visita de corrida, em passo de turista. . . Angustiosa porque o cidadão reconhece que o não é; e, se tem menos de cinquenta anos, reconhece mesmo que nunca o foi.

Ninguém tem o direito de se queixar; pior ainda, nem sequer em certos casos, lhe é reconhecido o direito de pedir, pois o pedido é tomado como atitude anti-governamental e, por isso, digno de punição.

O português de hoje que não milita nas fileiras fascistas de Salazar encontra sempre na sua frente as portas fechadas, seja qual for o rumo que pretenda seguir. O próprio ditador disse um dia: QUEM NÃO É POR NÓS, É CONTRA NÓS.

Os que se dedicam ao comércio ou à indústria encontram nas repartições públicas pelas quais têm necessariamente de correr os seus documentos, toda a espécie de embargos, de dificuldades e preterições. Os intelectuais, esses vêm-se num colete de forças com a censura oficial, sempre precedida da sua própria como medida de prudência e da dos editores, receosos pelo seu capital e pela existência dos seus estabelecimentos. Os professores, vigiados de perto por inspetores — disfarçados agentes da PIDE — são forçados a orientar a sua actividade pedagógica pelo padrão oficial e, por isso, impedidos de utilizar ou recomendar qualquer outro que não seja o livro único. Frequentes "circulares" lhes chegam às mãos para que em tal data façam preleções aos seus alunos de exaltação da figura de Salazar e da excelência do seu governo. Se acontece não haver livro único, o que só se verifica no 3.º ciclo liceal e mesmo assim só em certas disciplinas, logo corre a recomendação subreptícia junto dos professores para que não adoptem o de tal autor. O "inspector" depois verificará. Não é raro um professor do ensino oficial ser despedido por um simples telefonema do Ministério da Educação dirigido ao Reitor ou Director do estabelecimento de ensino em que trabalha embora tivesse ocupado o seu lugar por concurso prévio oficial.

Tudo isto se passa sem uma ordem escrita, sem um papel assinado. A razão é por demais evidente. O português que vive longe da Pátria, em terras onde foi procurar, e quase sempre alcançou, o que a sua sempre lhe negou, deixou-se dominar com o tempo por dois sentimentos que os seus compatriotas lhe reconhecem logo ao primeiro contacto: o da vaidade, que se traduz em exhibicionismo de bens materiais e, por vezes, de títulos ridículos que nenhum português leva a sério, e o do desprezo perante as necessidades dos seus conterrâneos e até parentes, iguais às que o levaram um dia, já distante, a outras paragens, à Pátria de outros para delas poder libertar-se. Como conseguiu ele a abastança que exhibe? Só ele sabe, porque nunca o confidenciou a ninguém. Quando muito, ouve-se-lhe dizer: "Trabalhando muito, amigo, trabalhando muito". Mas tem ele a certeza de que seus conterrâneos não trabalham muito? Os que o ouvem, sentem o insulto, mas calam-se, deixando-o convencido de que seu silêncio é concordância. Quem ouvisse e observasse, diria que só se trabalha duro fora de Portugal.

O que estes portugueses desconhecem é que a assistência social é um mito, que só existe nos papéis; que a assistência médica é uma vergonha, pela orgânica e ineficácia dos seus serviços; que as habitações, chamadas económicas, levantadas com os fundos das Caixas de Previdência, fundos adquiridos pelo desconto forçado nos salários dos trabalhadores, não para todos menos para estes, porque eles não podem pagar os respectivos aluguéis; que as escolas de ensino

primário são, em 90% das existentes por todo o País, velhos casebres, cuja instalação eléctrica, se a têm, está permanentemente inutilizada, e que na sua maioria carecem de instalações sanitárias, até a dois quilómetros do Porto isto se verificando. Sempre a falta de verba, a qual, porém aparece quando um secretário do regime resolve banquetear-se.

Isto diz-se com imensa tristeza, mas não se pode calar quando se ouve à nossa volta "hossanas" ao regime vigente, saídos de bocas desautorizadas para o fazer.

Aquela liberdade que o português desenraizado tanto aprecia na terra que o acolheu de braços abertos, não existe na sua de origem, nem mesmo aquela que é mais sagrada, recôndita, só no foro íntimo de cada um: a liberdade religiosa. Quem não for católico romano, encontrará fechadas todas as ocupações profissionais que dependam de nomeações prévias. As poucas excepções que haja, são por conveniência tática. Afirma-se, realmente, que há liberdade religiosa; mas, se se fizer um inquérito, verificar-se-á que é pura mentira.

Quantos encarregados de educação, fiados na tão apregoada tolerância, requerem que seus pupilos sejam isentos da obrigatoriedade de assistência às aulas de religião e moral, que só padres orientam, e vêem os seus requerimentos indeferidos? É certo que alguns, pouquíssimos são atendidos, mas isso constitui tática premeditada, pois é precisa amanhã uma defesa concreta que se possa apontar a dedo.

O português, estrangeiro de torna-viagem, sente orgulho na ordem das ruas, mas não sente repulsa na perturbação dos espíritos dentro de cada lar... Ignora, por comodidade, que o regime em Portugal é ferozmente policial e que, por isso, ninguém se sente seguro mesmo em sua própria casa porque os pais temem a imprudência dos filhos e a imbecilidade das empregadas domésticas, de quem a PIDE se serve para os seus torvos fins. Nem os detidos pela PIDE confiam na justiça, porque os tribunais são constituídos por juizes de nomeação oficial e, mesmo assim, o ditador arranhou modo de o executivo se sobrepôr ao judicial para corrigir qualquer decisão proveniente também da consciência e do coração do julgador. Então apareceram as "medidas de segurança" pelas quais o preso político continuará na prisão por tempo indeterminado, depois de cumprida a pena que o tribunal lhe aplicou. É um regime destes que se diz defensor estrénuo da civilização cristã.

A corrupção e a venalidade campeiam despudoradamente, porque a queixa é crime, e a publicação dos desmandos oficiais é impossível.

O regime de Salazar está descredenciado no mundo inteiro. Mas que podíamos esperar de melhor, se o seu alicerce é a mentira?

Com efeito de todos os ardis se serve fogaosamente o regime salazarista para jogar lama nos olhos. Nos olhos dos de fora, pagando principescamente qualquer referência elogiosa ao seu governo, convidando jornalistas e personalidades de destaque a visitar o que a conveniência impõe e enchendo-lhes as bolsas com dólares sonantes; nos olhos dos de dentro, mostrando-lhes apenas as elogiosas e caríssimas referências feitas por esses *topo-tudo*, e confiscando toda a imprensa que censure com isenção processos e métodos do regime.

Percorra o meu compatriota as repartições oficiais por onde têm de passar aqueles que pretendem emigrar, e ficará impressionado vivamente com a quantidade e qualidade dos emigrantes. E os que saem sem passar por ali? As notícias que a este respeito nos chegam, são alarmantes.

Não se esqueça que na nossa linda terra é costume dizer-se "Quem está bem, deixa-se estar".

Salazar e o Belicismo Francês

LISBOA (Do Correspondente) — A notícia de que o governo português acaba de conceder à França autorização para montar na Ilha das Flores, nos Açores, instalações especiais integradas no plano geral do desenvolvimento dos armamentos nucleares franceses veio acentuar mais as contradições gritantes do moribundo fascismo português.

O povo português, como era inevitável, repudia esta nova manifestação de subserviência a imperialismos estrangeiros, que acarreta para a nação riscos maiores quanto o militarismo francês se vem destacando por uma agressividade constante, constituindo-se em grave ameaça à Paz Mundial.

É particularmente significativa a atitude dos Estados Unidos em face de um gesto que encaramos como tentativa de "chantagem" salazarista. Um porta-voz da Embaixada "yanke", interrogado a respeito, deu a entender claramente que a decisão do governo português caiu como uma bomba em Washington. Os americanos estranham efectivamente que o general de Gaulle possa pôr o pé num terreno, os Açores, que consideram já como feudo próprio.

Nenhum dos jornais americanos que alude ao assunto se mostra preocupado com o que pensa o povo português do gesto entreguista de Salazar.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL
Rio de Janeiro: Rua General
Pedra, 215 — Telefone: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 898 - 1.º

CURITIBA — A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial, Apat., 141

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores, 96 — Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 Pelotas — Rio G. do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de portugueses democratas da Inglaterra (GPDI) 4. Sherwood Gardens, Barking. Essex.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI — Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai — Casilla de Correo, 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: João Ribeiro — Postovnú Urada — Jindriska, 15 — Štránká 646 — Praha

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — Caixa Postal 4.469 Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábado: das 15 às 19 horas

Número avulso . Cr\$ 30,00
Assinatura anual Cr\$ 1.000,00
Ass. p/o Exterior US\$ 10,00

Ano VIII - N.º 82 - Abril - 64

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade

"A VOZ DA LIBERDADE"

Emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional

Todos os Sábados:

20,15 — Hora do Brasil

0,15 — Hora de Portugal

Em ondas médias na faixa dos 320 metros

Em ondas curtas na faixa dos 25 metros

Conversações Entre a F.P.L.N. e o P.A.I.G.C.

Ultima Hora A PIDE ANUNCIA NOVAS PRISÕES

Nos primeiros dias de março, tiveram lugar em Argel importantes conversações entre a F.P.L.N. e uma delegação do P.A.I.G.C. Em nome da organização unitária portuguesa tomaram parte no encontro os nossos companheiros Piteira Santos, Tito de Moraes, Pedro Soares e Rui Cabeçadas, todos membros do bureau de Argel da F.P.L.N.. Em nome da organização nacionalista da Guiné, as conversações foram conduzidas pelos Srs. Amílcar Cabral, Abílio Duarte e José Pereira.

Conforme se diz no comunicado de imprensa que foi distribuído no dia 4, "no decurso das conversações, que se desenrolaram numa atmosfera de viva cordialidade e franqueza, as duas partes examinaram a situação geral

da luta contra o fascismo em Portugal e contra o colonialismo português, tendo sido especialmente encarados certos aspectos particulares respeitantes à intensificação destas lutas".

O sr. Amílcar Cabral, secretário geral do P.A.I.G.C., reafirmou, conforme o comunicado que referimos, "a solidariedade ativa dos povos da Guiné e de Cabo Verde para com a luta do povo português pela liberdade e pela democracia e contra a guerra colonial, tendo acentuado o interesse do seu povo e do seu partido pela criação da F.P.L.N."

Por seu lado, os representantes da F.P.L.N., ainda segundo o comunicado, "reafirmaram a solidariedade e o apoio incondicional da F.P.L.N. à luta de libertação nacional dos povos

da Guiné e de Cabo Verde, e a dos povos das outras colônias portuguesas".

Em conclusão, "as duas partes reconheceram a necessidade do reforço da colaboração entre as forças nacionalistas das colônias portuguesas e as forças progressistas, democráticas e anti-fascistas de Portugal, como importante fator para a aceleração da liquidação do fascismo e do colonialismo, que são os seus inimigos comuns. Nestas condições, ficaram previstas novas conversações e meios eficazes para manter um contacto permanente".

LISBOA (Do Correspondente) — Em comunicado distribuído aos jornais do dia 22 de Março, a PIDE anuncia ter realizado novas prisões. O documento dado a público foi, entretanto, acolhido com grande reserva pela população pois além de não mencionar um único nome, o que é contrário aos hábitos da polícia, é altamente fantasioso e ridículo nas referências feitas à II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Agindo como se o povo português não tivesse há muito conhecimento da FPLN, exprime-se a PIDE como se a Frente só agora houvesse sido constituída. Depois de inventar a participação na Conferência de "categorizados comunistas russos e checoslovacos", o comunicado lança-se em diatribes contra os dirigentes nacionalistas de Angola e da Guiné para, depois, misturar tudo com a criação de uma suposta "União Iberica". Enfim, uma baralhada tal e tão pouco inteligente, pela falsidade transparente das afirmações nela feitas, que o intuito de estabelecer a confusão nos espíritos não foi de modo nenhum atingido. Se não fossem as referências a prisões realizadas o documento teria sido apenas mais um tema para o anedotário popular. A PIDE declara, contudo, ter detido nas últimas semanas vários elementos das Juntas Patrióticas. Entre eles, segundo o comunicado, contar-se-ia uma "mulher de identidade desconhecida, a qual se sabia que controlava as atividades partidárias numa área do País". Teriam também sido detidos elementos dos "comitês regionais e locais", não se percebendo, no entanto, como se a PIDE não tivesse conhecimento de que a confusão é a redação se a Polícia alude às Juntas, à FPLN ou ao Partido Comunista. De qualquer modo, o comunicado passou a constituir-se em assunto obrigatório de discussão e comenta-se que em um ponto a PIDE acertou; ao fazer referência à intensa agitação que se nota no País e à distribuição em grande escala de "propaganda clandestina". Os poucos que ainda não estavam informados sobre a II Conferência da FPLN trataram agora de se pôr em dia com os últimos acontecimentos, acompanhando atentamente a marcha do processo revolucionário português. De modo geral, pensa-se que as notícias sobre prisões serão quase tão fantasiosas como as referentes à reunião da FPLN.

Vitoria Anti-Fascista No Dia Do Estudante

LISBOA (Do Correspondente) — O movimento estudantil deu uma vez mais provas da sua força e organização ao desafiar as autoridades fascistas que haviam proibido as comemorações do "Dia do Estudante". Como era de esperar a PIDE e a PSP, cumprindo um plano previamente traçado, responderam com a violência às manifestações dos estudantes quando estes, em sinal de protesto contra a arbitrariedade do Ministério da Educação Nacional, vieram para a rua exprimir a sua justa revolta. Apesar da violência com que a polícia agira no sábado, dia 14, milhares de estudantes voltaram a reunir-se no dia seguinte e promoveram uma manifestação que sensibilizou profundamente o País. Numerosos estudantes foram feridos, durante o ataque dos esbirros policiais que usaram dos seus cassetetes com a maior brutalidade. A PIDE efetuou 24 prisões.

Essa notícia é geralmente interpretada como prenuncio da vaga de repressão que o Governo fascista se prepara para desencadear contra os estudantes.

PROTESTO DE ESTUDANTES BRASILEIROS

Com data de 21 de Março, dezenas de dirigentes estudantis brasileiros remeteram ao sr. Américo Tomaz o seguinte protesto: "Os abaixo assinados, dirigentes universitários brasileiros reunidos em Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro por motivo de seu primeiro Encontro Nacional de Executivos e Diretores Centrais de Estudantes, tomando conhecimento, através do noticiário distribuído pelas agências internacionais e publicado na imprensa brasileira, com referência a actos de violência ocorridos em Portugal contra colegas universitários, protestam junto a V.ª Ex.ª contra tais medidas antidemocráticas por parte do Governo Português, proibindo as manifestações comemorativas do Dia do Estudante e reclamam por parte das autoridades portuguesas respeito às liberdades de união e de associação, constantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem, inscrita e aceita pelo governo português, por força da sua condição de membro permanente da Organização das Nações Unidas.

Ao formular este protesto, os signatários do mesmo manifestam sua total solidariedade ao povo e aos estudantes portugueses, que lutam consequentemente pela conquista das liberdades democráticas e dos direitos fundamentais do homem".

O protesto é assinado por: José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes; José Augusto Pereira das Neves, presidente do 1.º Encontro Nacional de Executivos e de DCE e da União Fluminense dos Estudantes; e por todos os demais dirigentes estudantis que participaram do Encontro.

ADIAMENTO DO PROCESSO DE BEJA

Exatamente como se esperava foi considerável, a repercussão internacional do adiamento do processo dos 87 patriotas acusados de estarem implicados no ataque ao quartel de Beja, no dia 31 de Dezembro de 1961. Na maioria dos países da Europa a imprensa decidiu largo espaço ao noticiário relativo ao assunto, encarando o adiamento como consequência direta da campanha mundial de protesto contra as violências e arbitrariedades a que vinham sendo submetidos os réus. Sentindo que a opinião pública internacional se mantinha vigilante e que essa atitude de expectativa se traduzia pelo envio de numerosos observadores, Salazar teria decidido recuar, preferindo dar uma demonstração de fraqueza a expor-se a uma ofensiva concentrada e a um novo escândalo que desacreditaria ainda mais o seu já desacreditado regime.

No Brasil houve jornais, como a "Tribuna", de Santos, que publicaram a lista completa dos acusados, acompanhando-a de notas biográficas dos réus mais conhecidos. O relevo dado aos telegramas das agências relatando as primeiras sessões do julgamento surpreendeu as autoridades fascistas, levando-as a recear uma onda de protestos à medida que o julgamento prosseguisse.

Em França o Comitê Francês para a Amnistia tomou uma série de iniciativas, submetendo-se a várias organizações, partidos políticos e sindicatos um questionário relativo ao processo e que terminava com uma interrogação: Que pensais da adopção de um apelo comum das organizações francesas? A maioria das respostas foram favoráveis, incluindo-se entre elas as da Federação Internacional das Ligas dos Direitos do Homem, do Partido Socialista Unificado, da Liga dos Direitos do Homem, do Partido Radical Socialista, da União Nacional dos Estudantes, do Partido Comunista Francês, da Juventude Socialista SFIO, etc.

As duas poderosas confederações sindicais, a C.F.T.C. e a C.G.T., também se manifestaram a respeito. A primeira, que agrupa os trabalhadores cristãos, enviou telegrama ao almirante Americo Tomaz. A CGT emitiu a respeito do processo o comunicado que abaixo transcrevemos:

"O Bureau Confederal da CGT dirige aos portugueses perseguidos pela sua participação no levante de Beja, a expressão da solidariedade dos trabalhadores franceses. Interpretes da imensa maioria da opinião portuguesa, os acusados de Beja exprimiram com o movimento do primeiro de janeiro de 1962 a vontade do povo português de pôr termo à ditadura fascista de Salazar. Por isso mesmo têm direito ao apoio de todos os democratas e o Bureau Confederal dirige um apelo às organizações confederadas para que manifestem publicamente esse apoio".

AINDA A EXPULSAO DOS JORNALISTAS ITALIANOS

Em Itália prossegue a onda de protestos contra a recente expulsão de Portugal pela polícia política de Salazar dos jornalistas Arrigo Repetto e Pompeo De Angellis, quando estes se preparavam para assistir ao julgamento dos 87 patriotas acusados de terem participado no ataque ao quartel de Beja.

O Centro Italiano pela Libertação de Portugal manifestou a sua plena solidariedade aos dois jornalistas, exigindo do governo italiano que peça ao governo fascista de Lisboa reparações pela ofensa infligida aos princípios mais elementares da liberdade de imprensa e da democracia.

No comunicado que divulgou a propósito, o Centro enviou as suas mais fraternas saudações "a quantos em Portugal se batem contra o regime obscurantista e reacionário de Salazar" e convidou todas as forças democráticas italianas a manifestarem-se contra o odioso processo de Beja.

O movimento de apoio aos antifascistas portugueses assume, aliás em Itália uma amplitude cada vez maior. O boletim PORTOGALLO LIBERO, editado pelo Centro acima citado, foi muito bem recebido pela imprensa e pela opinião pública.

Natal Do Preso Politico

Com os últimos donativos recebidos, ascendeu a Cr\$ 294.405,40 o total da subscrição promovida pelo "Natal do Preso Politico", tradicional iniciativa que se realiza todos os anos no Brasil.

Transporte	253.405,40
José Madeira	1.000,00
Manuel Batista	1.500,00
Sanches e Filhos	8.000,00
Germinal da Silva	5.000,00
M. Lourenço Neto	5.000,00
Página Literária no "Est. de S. Paulo"	20.000,00
E. A. B. P.	500,00
Total	294.405,40

A soma em questão foi remetida, como em anos anteriores, ao diretor do Jornal "REPUBLICA", sr. Carvalho Duarte, a fim de ser encaminhada às vítimas da PIDE e respectivas famílias.

União Das Mulheres Portuguesas

Convidam-se todas as senhoras portuguesas, ou brasileiras de família portuguesa, integradas nos ideais democráticos, nacionalistas e progressistas a filiarem-se na União das Mulheres Portuguesas, organismo que tem por finalidade ajudar e proteger a mulher e a criança portuguesas.

O núcleo organizador verá com prazer ampliar-se o número das sócias, dado que isso lhe permitirá alargar o âmbito da sua ação social. Neste momento está em preparo um espetáculo teatral em benefício dos protegidos da U.M.P. em que colaboram grandes nomes da canção popular em Portugal e Brasil.

A cota mensal é de 100 cruzeiros e as reuniões realizam-se às 5.ªs feiras, pelas 20 horas, na Sede do Centro Republicano Português, rua Conselheiro Furtado, 191.

PORTUGAL DEMOCRATICO R. Cons. Furtado, 191. C.P. 4469 - SP - Brasil Endereços de Assinantes



A PIDE em ação contra os estudantes. Nos dias 14 e 15 de março, a população de Lisboa voltou a assistir, com indignação, ao espetáculo já familiar da violência policial desencadeada contra os estudantes. A brutalidade dos esbirros fascistas não impediu contudo que as manifestações se realizassem de acordo com o plano estabelecido.